

Canal de Moçambique



publicidade

www.facebook.com/Canalmoz

60 Meticais

Maputo, quarta-feira, 7 de Junho de 2017

Director: Fernando Veloso | Ano 11 - N.º 868 | Nº 412 Semanário

Luxo para os deputados em tempo de crise e do “My love”

Par(a)lamentar!



○Cada viatura custa cerca de 5 milhões de meticais. Verónica Macamo diz que o Parlamento só fez requisição e o resto é da responsabilidade do Ministério das Finanças.



Usou dinheiro que não devia

Leornardo Simão no Tribunal

Págs. 12 e 13

— publicidade —

MANICA
(MOÇAMBIQUE)
MANICA MOÇAMBIQUE TERMINAIS, LIMITADA
EMPRESA NACIONAL
AO SERVIÇO DA NAÇÃO

Destaques

Deputados vão andar em luxuosos “Mercedes Benz”

Deputados vão andar em luxuosos “Mercedes Benz”

O secretário-geral da Assembleia da República, Armando Correia, diz que o assunto é da responsabilidade do Ministério das Finanças.

Assembleia da República continua numa incessante cruzada de despesismo e de luxo sem precedentes. Depois de o Conselho de Administração ter gasto mais de 7 milhões de meticais pelo alojamento de um deputado no quarto de um hotel na capital, desta vez o órgão requisitou, junto do Ministério da Economia e Finanças, a aquisição de 17 viaturas protocolares topo de gama, de marca “Mercedes-Benz”, modelo C-180, para os membros da Comissão Permanente da Assembleia da República.

Desde que o ano se iniciou, o Governo tem estado a alegar a crise para se furar a um conjunto das suas responsabilidades, e a parte mais visível é o corte de um conjunto de subsídios, principalmente na Saúde, onde faltam medicamentos e material hospitalar básico, como luvas e máscaras. Alegando a mesma crise, na generalidade da função pública o aumento salarial foi de 500,00 meticais para os funcionários que não são do topo.

Mas, por detrás do discurso sobre a crise, há uma ostentação de fausto, e a Assembleia da República é o órgão do Estado que mais dá nas vistas na exibição de luxo. “Mercedes Benz” é o mimo que se segue. As viaturas já estão parqueadas no recinto da Assembleia da República e brevemente começam a ser distribuídas pelos membros da Comissão Permanente. Mas os primeiros a receber foram os chefes de bancada e os vice-presidentes.

Eis as especificidades da



Enquanto os contribuintes são transportados como gado, os seus representantes recebem mimos luxuosos

luxuosa e novel unidade móvel dos deputados: Mercedes Benz, cinco lugares, com bagageira, chave ou cartão inteligente automático, e inclui arranque sem chaves, sistema “engine starter” ou botão. Motor: 1,6; alimentação: gasolina injecção directa; potência cv: 156,0; cilindrada cm³: 1.595; velocidade máxima: 225 km/hora; tempo 0-100: 8,5 segundos; luzes do tipo LED “brake light”, médios, luzes laterais, luzes traseiras e máximos.

A empresa “Entreposto”, que normalmente fornece este tipo de viaturas ao Estado, vende um veículo destes por aproximadamente 5 milhões de meticais, ou mais, segundo uma fonte ligada ao ramo automóvel.

Um carro de segunda mão



do mesmo estilo pode ser comprado na sua subsidiária de carros usados da mesma “Entreposto”, a “Car Premium”, por aproximadamente 2,5 milhões de meticais. Mas os carros dos deputados são novinhos em folha. A Assembleia da República não quis revelar o preço de cada carro nem onde foram adquiridos. Mas, se assumirmos que são novos, ao preço médio de cinco milhões, a encomenda toda da Comissão Permanente pode ter custado aos contribuintes qualquer coisa como 85 milhões de meticais.

“Anteriores viaturas estavam obsoletas”

Os novos “Mercedes-Benz” vêm substituir as anteriores viaturas protoco-

lares, de marca “Peugeot”, modelo 507. Segundo uma fonte do Canal de Moçambique na Assembleia da República, os membros da Comissão Permanente chegaram ao consenso de que os “Peugeot” já estavam ultrapassados e não conferiam “dignidade ao seu estatuto”.

Quem são os beneficiários?

Segundo a lista oficial da Assembleia da República, estes são os membros da Comissão Permanente, nessa VIII legislatura e que vão estrear o novo “Mercedes”: Verónica Macamo, António José Amélia, Younusse Amad, Margarida Talapa, Maria Ivone Soares, Lute-

(Continua na página 4)



WWW.GRINGOJEANS.COM

Destaques

Canal de Moçambique

Ficha Técnica

DIRECTOR EDITORIAL

Fernando Veloso | veloso.f2@gmail.com

Cel: (+258) 84 2120415 ou (+258) 82 8405012

EDITOR EXECUTIVO

Matias Guente | mtsgnt@gmail.com | Cel: 823053185

CONSELHO EDITORIAL: Director, Editor, Sub-Editores, Chefe da Redacção, Sub-Chefe da Redacção e Editores sectoriais.

REDACÇÃO

Matias Guente | mtsgnt@gmail.com

Bernardo Álvaro | rabucane@gmail.com

André Mulungo | andremulungo4@gmail.com

Cláudio Saíte | sauteclaudio@gmail.com

Eugenio da Câmara | eugeniodacamara@yahoo.com.br

COLABORADORES

Alfredo Manhiça | freimanhica@gmail.com

Amade Camal | amadecamal@sirmotors.com

Hamilton de Carvalho | sarto.de.carvalho@gmail.com

João Mosca | joao.mosca1953@gmail.com

Afonso dos Santos

DELEGAÇÃO DA BEIRA PROVÍNCIA DE SOFALA

Adelino Timóteo (Delegado) | adelinotimoteo@gmail.com

Cel: +258 82 8642810

Noé Nhamumbo (Redactor, residente na Beira) | [noe742@hotmail.com](mailto: noe742@hotmail.com) | Cel: 82 5590700 ou 84 6432211

José Jeco | Cel: 82 2452320 | josejeco@gmail.com

DELEGAÇÃO DE TETE

FOTOGRAFIA

Lucas Meneses

REVISÃO

A.S.

PAGINAÇÃO E MAQUETIZAÇÃO

Anselmo Joaquim | Cel: 84 2679410 | a.joaquim.m@gmail.com

PUBLICIDADE

Jorge Sitoé | Cel: 82 30 73 249 | 82 54 44 176 | 84 54 10 510

jorgelsitoe@gmail.com

ASSINATURAS

Gabriel Chihale | 82 4806000 | 84 7872300

gchihale@yahoo.com.br | gchihale@gmail.com

DISTRIBUIÇÃO E EXPANSÃO (REVENDORES / AGENTES)

Jorge Sitoé | Cel: 82 30 73 249 | 82 54 44 176 | 84 54 10 510

Luis Inguane | 84 81 59 337 | 82 38 74 060

CONTABILIDADE

Anibal Chitchango | Cel: 82 5539900 ou 84 3007842 | chitchango@yahoo.com.br

PROPRIEDADE

CANAL i, Lda | Sede: Bairro Central, Av. Maguiguana, n.º 1049
Casa n.º 65000 R/C | canal.i.canalmoz@gmail.com

REGISTO: 001/GABINFO-DEC/2006

IMPRESSÃO: Lowveld Media - Mpumalanga

(Continuação da página 2)



As viaturas que já não oferecem "dignidade"

ro Simango, Sérgio Pantié, José Mateus Katupha, Alberto Chipande, Hermenegildo Infante, Elisa Timóteo, Ana Rita Sithole, Daniel Matavele, Manuel Bissoipo, Gania Mussagy, Paulo Vanhale, José Manteigas

Verónica Macamo diz que Assembleia da República só fez requisição

Para ouvir a versão oficial por parte da Assembleia da República, ouvimos o secretário-geral da Assembleia da República, Armando Correia, que disse ao **Canal de Moçambique** que as "o assunto é da alçada do Ministério da Economia e Finanças", disse alegando que estava em reunião e não podia dar detalhes. Insatisfeitos com a resposta do secretário-geral, procurámos a presidente da Assembleia da República, Verónica Macamo, que preside à Comissão Permanente, e que declarou: "Não comprou-se carros para a Assembleia, comprou-se carros para os titulares dos órgãos do Estado".

Perguntámos se a Comissão Permanente da Assembleia da República tem uma palavra a dizer sobre o tipo de viaturas a comprar. Verónica Macamo respondeu que sim e disse: "Há um formulário. Não é cada um que decide sobre a viatura que compra".

"Quem requisita as via-

turas é a Comissão Permanente, mas o resto das coisas não posso saber", afirmou Verónica Macamo.

Dde acordo com a presidente da Assembleia da República, esta afirmou: "A questão das marcas não foi discutida porque, se tivesse havido uma discussão, seria polémica e nem teriam sido compradas. Há órgãos que intervêm para se tomar essa decisão, até chegar à Comissão Permanente, que, por seu turno, manda alguém para falar com o Governo".

Para tentar obter mais esclarecimentos, o **Canal de Moçambique** contactou o porta-voz do Ministério das Finanças, Rogério Nkomo, que não quis nos esclarecer o processo da aquisição das viaturas.

O custo real para o povo

Uma só destas viaturas atribuída a um membro da Comissão Permanente da Assembleia da República representa aproximadamente o orçamento de um distrito, atribuído pelo Conselho de Ministros no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Distrital, isto é, o automóvel de cada membro da Comissão Permanente da Assembleia da República equivale a um Fundo de Desenvolvimento Distrital para um distrito durante um ano.

Canal de Moçambique



CONFIA!
VAI SER UM SUCESSO

Para um negócio dar certo, é necessário audácia, faro apurado e, acima de tudo, acreditar que irá ser um sucesso! Por isso, temos para si o Índico Negócios, que lhe permite subscrever vários seguros essenciais para o seu empreendimento, abrangendo o escritório/estabelecimento, o recheio, os veículos, a protecção dos seus trabalhadores e ainda as responsabilidades da sua empresa.

Arrisque, sonhe, acredite! Viva sem medo com a Índico Seguros!

+258 (21)488080/1 www.indicoseguros.co.mz
✉️ servicioaocliente@indicoseguros.co.mz

 **índico**
SEGUROS

Viva Sem Medo

Editorial

“Kuhanha” e as questões sem resposta

Terminou, na passada quarta-feira, o frenesim e a nuvem de incerteza sobre o único banco de primeira linha e verdadeiramente moçambicano. O anúncio do novo dono do “Moza Banco” não só coloca um ponto final a essa nuvem de incerteza, que se arrastou desde o final de Setembro de 2016, mas também dá uma lufada de estabilização ao banco, com a entrada na estrutura accionista de um poderoso Fundo, como é o caso do Fundo de Pensões de Banco de Moçambique, conhecido como “Kuhanha”.

Desde os primeiros dias, o governador do Banco de Moçambique, o Dr. Rogério Zandamela, alertou para o facto de o “Moza” ser um banco a que chamou “sistémico”, por guardar compromissos não só com os depositantes singulares, isto é, as famílias, mas também com empresas e com o próprio Estado, por isso era exigida uma intervenção responsável do regulador, para não criar caos no sistema. E porque o problema do “Moza” não era outro senão a falta de liquidez que arrastou os indicadores prudenciais para terrenos insustentáveis, para não dizer perigosos, dinheiro (8,1 mil milhões) era tudo o que o banco precisava. Por isso não bastava uma entidade que tivesse um plano de negócios e bons “curricula” dos gestores. A tal entidade tinha de ser portadora de um cheque com cobertura de 136 milhões dólares. Até aqui tudo bem.

Mas a forma como as coisas foram feitas cria uma nuvem de falta de transparência e de cruzamento de interesses duplos e conflituantes, para não dizer “promíscuos”. E a gestão da comunicação sobre todo este enredo só está a ajudar a avolumar as suspeitas sobre um processo que trouxe uma solução bastante questionável.

E há duas grandes questões, neste processo, que estão sem resposta e colocam em causa qualquer tipo de “interesse supremo”, como o Banco de Moçambique lhe chamou. Não nos parece urbano que tais “interesses supremos” tenham de esfolar o mínimo aceitável de ética e de probidade, para dar lugar a um “vale tudo” que se pode transformar em jurisprudência de má prática e fonte de problemas futuros de “compliance”.

A primeira grande questão tem a ver com o futuro do próprio “Kuhanha”, o actual accionista maioritário, dentro do “Moza”. Não está claro por quanto tempo o “Kuhanha” será o parceiro maior da “Moçambique Capitais” e dos portugueses do “Novo Banco”. A sua entrada é definitiva, ou não? Isso porque o foco de conflito de interesses é iminente, ao termos os funcionários do Banco de Moçambique (enquanto reguladores) a supervisionar o “Moza” ao mesmo tempo que são donos do “Moza”.

É líquido, que, pelo menos teoricamente, todas as operações complicadas do “Moza” podem trazer prejuízos aos funcionários do Banco de Moçambique, tal como uma intervenção do próprio Banco de Moçambique, enquanto regulador, para capturar essas operações complicadas, também pode trazer prejuízos aos funcionários do Banco de Moçambique, como investidores. O que estamos aqui a perguntar é: até onde vai a intervenção do funcionário do Banco de Moçambique, enquanto regulador, e até aonde vai a intervenção desse mesmo funcionário, enquanto investidor? Era importante que ficasse claro quando é que o Fundo de Pensões se vai desfazer da sua participação e das respectivas condições escrutináveis.

Teria sido mais barato para a imagem do Banco de Moçambique e do seu governador se fosse anunciado, por exemplo, o seguinte: dadas as circunstâncias do mercado e das necessidades prementes do “Moza”, de todas as propostas apresentadas, nenhuma oferecia garantias reais de estabilização do banco, capaz de devolver confiança, primeiro, ao Banco de Moçambique e, depois, aos clientes. Mais: podia até o Banco de Moçambique acrescentar que essa garantia devia cobrir também o aumento de capital mínimo e do rácio de solvabilidade, recentemente revistos em alta com prazo de três anos da sua implementação. E, dadas todas estas variáveis, a única proposta concreta que realmente podia resolver, de imediato, o problema do “Moza” era a entrada do Fundo de Pensões, por um período “X” e que, logo que houver condições de mercado, poderá o

Fundo desfazer-se de tal participação, voltando o “Moza” à praça, à procura de um parceiro definitivo, para não colocar o Banco de Moçambique numa situação de potencial conflito de interesses, pois não é sua vocação ter participações na banca comercial. Esta é, quanto a nós, a comunicação que devia ter sido feita pelo Banco de Moçambique, na passada quarta-feira, e não a que foi feita.

A par disso, era elementar informar o público sobre quem foram os outros concorrentes e em que condições concorreram, ao ponto de não satisfazerem o caderno de encargos apresentado pelo Banco de Moçambique. Não duvidamos da genuína intenção do governador do Banco de Moçambique de salvar o “Moza” com uma solução estabilizadora a curto, médio e longo prazos, mas duvidamos, e com legitimidade, de todos os procedimentos que foram tomados para se chegar a essa solução.

Pela forma como as coisas foram anunciadas, não há um pingo de clareza, e qualquer questionamento que for levantado é apenas produto do “deficit” de comunicação com que esta operação foi tramitada. E o comunicado que mais tarde foi distribuído não esclareceu absolutamente nada. Quem o lê, percebe que o Banco de Moçambique entrou num circuito nervoso, porque foi apanhado em contramão com a avalanche de questionamentos e faltou-lhe discernimento para uma actuação pública mais profissional, à altura da instituição.

E a segunda grande questão é a manutenção do Dr. João Figueiredo na direcção executiva do “Moza Banco”. Apesar de também já ter sido justamente questionável, até se podia compreender, na sua fase transitória. Mas a manutenção definitiva de João Figueiredo é, quanto a nós, muito problemática.

O Dr. João Figueiredo é um dos donos do “Banco Único”, justamente um dos concorrentes do Moza onde detêm uma significativa participação de 10%, de resto um banco em que foi presidente do Conselho de Administração até há bem pouco tempo.

Ora, sendo a banca um sector delicado, como é que se explica que João Figueiredo esteja em dois bancos, e em ambos tem acesso a informação sensível, por ser parte dos órgãos sociais? Colocadas as coisas de forma mais clara: é que o Dr. João Figueiredo, na posição em que está, tem acesso não só à estratégia do “Banco Único”, de que é dono, mas também terá acesso à estratégia do “Moza Banco”, onde é gestor. E os dois bancos são concorrentes.

Mas, mais do que isso, o Dr. João Figueiredo, na qualidade de gestor do “Moza”, indicado pelo Banco de Moçambique, vai reunir-se frequentemente com os funcionários superiores do Banco de Moçambique, para tratar do negócio “Moza”, e há poucas garantias de que estes encontros e facilidades não serão usadas também para tratar do “Banco Único”.

Até que ponto, nesta equação, as fronteiras de um João Figueiredo dono do “Banco Único” não se vão diluir em relação às do outro João Figueiredo, do “Banco Moza”, que tem relações privilegiadas com os gestores do Banco de Moçambique, por os representar num negócio?

Obviamente que estas responsabilidades não são imputáveis ao Dr. João Figueiredo, que, como se sabe, tem um “curriculum” irrepreensível na banca. Ele próprio, em entrevista de esclarecimento ao “Canal de Moçambique”, há um par de semanas, quando ainda era apenas executivo provisório, disse que foi chamado por ser ele quem, na opinião do Banco de Moçambique, reunia o perfil para salvar o “Moza”, e o Banco de Moçambique chamou-o conhecendo a sua condição de accionista do “Banco Único”.

De modo que, assim, todo o ónus recai sobre o Banco de Moçambique, na pessoa do governador Rogério Zandamela que nos parece uma pessoa de muito bom senso. Achamos, sim, que era preciso encontrar solução, o mais rápido possível para o “Moza”, dada a natureza do banco, mas discordamos profundamente de que essa solução tenha de ser ao sabor do “custe o que custar”, ao arrepio dos mais elementares padrões de probidade. Um esclarecimento definitivo do governador pode resgatar a imagem do Banco de Moçambique.

Canalha

Suplemento humorístico

de Moçambique

O protesto dos lobistas, aliás dos PCA's



Opinião

O “gajo mais inspirado de todos os gajos”*

Quando recebemos a notícia no domingo, ficámos atónitos a olharmos uns para outros, não só pela incredulidade, mas também com sentimento de desamparo, que um mais velho colega acabava de nos creditar. Ficámos a olhar e a telefonar uns aos outros e a nos perguntar a nós mesmos, sobre como vai ser daqui para frente, sem o nosso “mano Noé”, como te tratávamos.

E por falar em formas de tratamento, há mais com que cobardemente te tratávamos, sem nunca te ter dito que eras tu. “O gajo mais inspirado de todos os gajos.” Sim. Porque tu conseguias todos os dias, ter uma opinião no nosso diário “Canalmoz” e, todas as quartas-feiras, uma outra opinião no semanário “Canal de Moçambique”. Verbo e ideias era o que não te faltavam. E para ter isso tudo e todos os dias, só podias ser “o gajo mais inspirado de todos os gajos”.

Empurraste-nos à amarga experiência da malcriadez

da morte. Essa triste grandeza que todos vamos experimentar no dia último. Se era certo que este dia iria chegar e vai para cada um de nós nesta sala, é também certo que a arrogância com que a morte te tirou do nosso meio, não nos deu tempo nem para preparar lágrimas suficientes para chorar-te a falta que nos fazes.

Deixaste-nos desamparados porque foste tu que, juntamente com outros colegas, iniciaram no meio de tantas dificuldades o sonho da criação de um semanário verdadeiramente independente e que hoje se chama “Canal de Moçambique”, a nossa casa. Com todos os receios que tínhamos, deste a tua força e vontade e hoje estamos aqui como colaboradores do semanário independente e de referência dos moçambicanos. Teu sonho e nosso sonho. Uma antiga ambição conjunta. Foste tu o nosso primeiro colunista, que, a partir daí, da cidade Beira, nos brindava a cada semana com

uma abordagem não localizada, mas holística de tudo o que se passava neste país.

Não morreu Noé Nhamumbo. Morreu um cidadão na acepção francesa do termo. Um cidadão ciente dos seus direitos e deveres. Mas, acima de tudo, um cidadão que nunca aceitou negligenciar os seus deveres. E nos deveres há um em que eras mestre. O dever de participar através do direito à indignação e à seguir, à palavra. Tomaste da palavra e te fizeste ouvir. Escreveste perspectivas, propuseste soluções, elogiaste os bons, caricaturaste os maus, sem nunca ter perdido a fineza. Um homem que inspirou todos nós, desde que fundámos o “Canal de Moçambique”, e hoje nos tornámos o semanário de referência deste país. O “Canal de Moçambique” fica pobre sem ti, Noé.

Mas, se a tua morte deixou um vazio nos nossos corações, então é justo que se diga que também nos deixou cheios. Cheios das tuas ideias rebeldes.



*Deixaste-nos
desamparados
porque foste tu
que, juntamente
com outros
colegas,
iniciaram no
meio de tantas
dificuldades o
sonho da criação
de um semanário
verdadeiramente
independente
e que hoje se
chama “Canal
de Moçambique”*

Cheios das tuas investidas de pensamentos alternativos por um Moçambique menos pior do que este.

Quem não vai ter saudades das tuas laboriosas crónicas diárias no “Canalmoz” e semanais no “Canal de Moçambique”? Vamos ter saudades do teu sotaque beirense. Um colunista prolífico e versátil, como te chamou um dos colegas da nossa casa. Escrevias como quem o faz para deixar marcas no tempo, lançando avisos à navegação. Eras um pensador. Eras e continuas a pertencer à família deste jornal onde desaguam não só todos os rios, mas as quizumbas, que tu atacaste ferozmente com a sua força anímica. Descanse em paz o “gajo mais inspirado de todos os gajos”. Até já, Noé.

*Elogio fúnebre dos colaboradores do “Canal de Moçambique” e “Canalmoz”, lido no velório de Noé Nhamumbo, no dia 31 de Maio no Auditório Municipal da Beira.

Canal de Moçambique

publicidade

Canal
de Moçambique

Assinaturas

Destino	Período de Contrato	Período de Contrato	Período de Contrato
	3 Meses	6 Meses	12 Meses
Singulares	1,225.00 Mt	2,450.00 Mt	4,900.00 Mt
Privados (*)	1,450.00 Mt	2,900.00 Mt	5,800.00 Mt
Estado(*)	1,525.00Mt	3,050.00Mt	6,100.00Mt
Embaixadas e ONG's(*)	1,350.00Mt	2,500.00Mt	4,650.00Mt
Países da SADC (**)	450 R	890 R	1700 R
Resto do Mundo(**)	180 €	300 €	550 €

(*) Distribuição ao domicílio, em Maputo

(**) Inclui porte. Pode ser pago em meticais ao câmbio do dia

Opinião



Por Adelino Timóteo

As Mamãs Júlia e Maria tinham a sua teoria: o manjanga-teria era obra de mwâ-lelo, uma espécie de feitiço enviado por machambeiros preguiçosos e que, na posse-são da magia, faziam grandes colheitas em suas machambas, que, não obstante desprovidas de culturas, era donde trans-feriam aquele arroz sem cápsula, em demérito daqueles que tanto se tinham esmerado.

Eu as via a explicarem à minha mãe aquela ideia besta, sem a conseguirem conve-necer. As Mamãs Júlia e Maria conheciam a arte desses obscurantistas, que passavam o tempo da sacha, em suas casas; pouco ou nada faziam, quando se tinha de transplantar o arroz, dos canteiros, para os plantarem na machamba. Pouco se davam ao trabalho de preparar a terra e se imergirem nas águas, quando o arroz já tivesse rebentado, para extraírem a erva daninha. Para

a desgraça da minha mãe, lembro-me delas a instruírem, no sentido de pagar a um nhamusso, a fim de que este lhe preparasse o mulimelo, um talismã, para se proteger daqueles camponeses oportunistas, cuja sorte, em cada safra, era coisa de nos deixar boquiabertos, pois, onde não plantavam nada, levavam dois a quatro meses a colher. Às vezes, com uma parcela de trinta hectares, podiam encher um armazém, com a capacidade de trinta toneladas. Lembro-me delas a dizerem ainda que o sucesso destes era tão grande, que os sujeitava a passarem a noite a colher o arroz, tal como se estivessem de castigo. O pior, segundo elas, sabia-se que, naqueles vãos exercícios, eram elas próprias as vítimas; ao que, ainda assim, se fechavam em copas, porque apesar da certeza e de seus olhares de censura, não tinham como provar. Era espantoso ouvir-las a falarem da seca, que

havia, e ainda assim a chuva a cair, sorrateira e ténue, nos campos daqueles mágicos camponeses, de forma que elas eram surpreendidas, com os terrenos deles imersos, a padecerem de cheias, enquanto os outros sofriam da mais abissal seca. Coisa que parecia um exagero, também elas diziam que aqueles operavam o milagre de colher, no mato mais denso, e de enviar pombos bravos às machambas alheias, para que lá fossem fa-zer a safra agrícola. E tinham a capacidade de criar ilusão nas pessoas, de tal forma que estas vissem a paisagem natural perfeitamente cultivada e a abarrotar de culturas diversas. Claro que tanto a minha mãe como nós os demais, em casa, ficávamos impressionados, com essas estórias, e eu não me via senão a alugar os binóculos ao Mandongane para irvê-los. Enquanto isto, a minha mãe investia em incenso, as três rodeavam a machamba



As Mamãs Júlia e Maria conheciam a arte desses obscurantistas, que passavam o tempo da sacha, em suas casas; pouco ou nada faziam, quando se tinha de transplantar o arroz, dos canteiros.

a queimá-lo. Pior ainda, as duas Mamãs me mostravam machambas com bananeiras sem frutos, e diziam que não me admirasse, se o dono lá chegasse e tivesse apenas um cacho como fruto da colheita. Coisas de mau gosto, o que não se podia contrariar, e que, ainda assim, se tornava aprazível de ouvir. Eu não cria que o cacho pudesse ser literalmente colhido, de uma planta de bananeira sem fruto, mas se a convicção delas era que se podia repescá-lo, de uma machamba algures, não tinha como, senão calar-me e desfrutar. E não só, elas deixavam-me agonizado, quando, fazendo fé dos prodígios sobrenaturais daqueles místicos camponeses capazes de porem as suas machambas inundadas, estava nos meus olhos que, nos campos ao lado, e no vasto pântano, a perder-se de vista, o mundo padecia de uma devastadora seca.

Canal de Moçambique

publicidade

Preçário de Assinaturas | Distribuição diária por e-mail | 20 edições mensais

Canalmoz

Tipo de Assinante	(USD) Contratos Mensais (i)	(USD) Contratos Anuais (12 Meses) (ii)
(a) Pessoa Singular	20	15 usd x 12 meses = 180 usd
(b) Empresas e Associações de Direito Moçambicano	40	30 x 12 = 360
(c) Órgãos e Instituições do Estado	50	40 x 12 = 480
(d) Embaixadas e Consulados em Moçambique e Organismos Internacionais	60	50 x 12 = 600
(e) Embaixadas e representações Oficiais de Moçambique no exterior	60	50 x 12 = 600
(f) ONG's Nacionais	30	20 x 12 = 240
(g) ONG's Internacionais	50	40 x 12 = 480

Notas

- Os valores expressos poderão ser pagos em Meticais ao câmbio do dia
- Nas facturas e recibos inerentes deve-se mencionar a letra que corresponde ao tipo de assinatura
- (i) Pronto pagamento ou débito directo em conta bancária
- (ii) Pronto pagamento ou débito directo em conta bancária

Contacto:

E-mail: graficocanalmoz@gmail.com ou mtsgnt@gmail.com
Cel: 823672025 - 843135996 - 823053185

Opinião



A Vontade do «Rei dos Abutres» em Questão

Por, Hamilton S. S. De Carvalho

Compreenda o antagónico princípio que rege o Mundo liberal...!!!

I. Da Liberdade – sempre entendi que há entre todas as liberdades – (...), civil, ou social – um antagónico princípio que rege o Mundo Individual, Civil e Social. Refiro-me a *principiologia da liberdade individual que já se generaliza anti-social e «ultracapitalista»*. Os pontos subsequentes estarão em estrita sintonia com este antagónico princípio que rege o atual Mundo liberal.

II. Da Autoridade – leio e oíço dizer (por exemplo) que por referendo dos “súbditos” se foi dar mais autoridade ao «Rei dos Abutres» na Turquia para impor aos seus “súbditos” a sua selvagem vontade de potência. Ora, para que tal Autoridade (*Poder*) exista teria de ser *condition sine qua non* uma combinação com uma dose de Liberdade Civil (*Razão Civil*). Porquanto, quanto a *Nova Liberdade Autocrática do «Rei dos Abutres» em Questão* – pergunto eu – quem haveria de consentir tamanha Autoridade ao «Rei dos Abutres»? Para mim, Autoridade combina com Liberdade Civil consentida (pelo menos, assim manda a “lei científica” da democracia-constitucional), pelo que, naturalmente, os «abutres» não a conhecem, como está cada vez mais claro que a Liberdade dos «Abutres» encontra-se enraizada na sua *máxime* vontade de potência animalesca.

III. Da Razão Civil – para visualizar um possível cenário que descrevesse a materialização da vontade de potência do «Rei dos Abutres», a razão humana/pública teria de ceder perante a vontade animales-

ca. Quando isso acontece, pode-se, sim, afirmar, que estamos perante duas vontades animalescas, prestes a devorarem-se. Para todos os efeitos, o que ainda vemos hoje é uma devorando a outra. Acredito que ainda vamos a tempo de inverter o cenário basta que hajam aliados fidedignos (na luta pela razão humana, civil e social) antes que a loucura salte à vista dos poucos sobreviventes/combatentes do «capitalismo animalesco» obrigando, assim, Deus a ter de reconstruir *Génesis*.

IV. Três vias em substância – do acima exposto, o que é facto é que: (i) pessoas há, que tendo tempo de sobra, não fazem absolutamente coisa nenhuma – e é gente demais (...); (ii) pessoas há, que tendo tempo demais, só maquinam e consumam malefícios – e é muita, muita gente (...); (iii) outras finalmente há, que com tempo, fazem arte, fazem ciência, ensinam, curam, constroem, inventam, fazem bem aos demais (...). Todos e todas são poucos ainda. Não digam, portanto, que a ociosidade é mãe só de vícios. Porque o é também de virtudes. Em rigor, porém, ociosidade é só a primeira das três, ou não será? Os demais estão sempre muito ocupados contra a batalha pela paz global, no entanto.

V. A Batalha pela Paz Global – enquanto uns se dedicam a causas nobres, outros estão definitivamente muito ocupados em destruir a liberdade individual-social. Neste sentido há já uma batalha global perdida, ganha pelo medo e pelo

ódio. Os adversários da Paz e da Liberdade utilizam com elevada inteligência as novíssimas e eficazes armas de guerra disponíveis. O medo e ódio são os sentimentos mais deprimentes e repugnantes da vida humana. Os dois produzem dois efeitos altamente destrutivos: enquanto um paralisa a inteligência o outro semeia a violência (...). O grave, gravíssimo é que os sentimentos nobres da vida, a *tolerância e a solidariedade* são velhas armas gastas só ao alcance dos poucos que cultivam e têm memória de elefante. Tal como afirmava o pai da democracia-constitucional Americana ABRAHAM LINCOLN «os que negam liberdade individual-social aos outros não merece liberdade». Perder esta *batalha pela paz global* é meio caminho andado para perder a guerra por isso, é preciso ser-se Cidadão Constitucional do Mundo.

VI. Ser um Cidadão Constitucional e Democrata do Mundo – como um cidadão constitucional e democrata do Mundo, noto que a violência, o medo e o ódio estão a dominar os poderes instituídos em muitos países nuns eleitos noutros amordaçando á força o Povo. Nuns Países luta-se pela vida e todos reclamam um melhor serviço de saúde pública (...), outros reclamam, experimentam, desenvolvem e utilizam armas para aniquilar os cérebros (...). Hoje em muitos países gastam-se (rios de dinheiro) muito mais na tecnologia ligada á ciência de aniquilar do que á ciência a defender e

salvaguardar a vida humana, sua integridade e sua dignidade. É um «mundo de loucos» a caminhar a passos largos para o abismo para a impotência de quem ama a vida em lhes fazer frente, desesperar.

VII. O «Mundo de Loucos» – neste «mundo de loucos», relembro a forma visionária de GILLES LIPOVETSKY ao descrever a derrapagem do mundo civilístico para o mundo selvagem a maneira *hobbesiana e maquiavélica*; ao comparar o estado da sociedade num autêntico estado de deceção (...). Portanto, não vamos perder tempo com «filosofias empíricas baratas» ou «psicologia de bolso» propaladas pela mediocridade para quem está demasiado habituado à mediocridade! Temos de ser científicos e realistas. E a realidade mostra que a marginalização do futuro (dos jovens) que, aliás, já deviam de ter idade para saber ao que andam, é fruto de uma sociedade hedonista e estúpida, basta v.g., ver os inúmeros vídeos sobre autênticos abortos intelectuais realizados por gente praticamente acéfala, onde se riem da estupidez de uns e do consequente sofrimento sem sentido! Têm boa vida demais, não trabalham nem lutam por nada! Por que famílias disfuncionais e instáveis sempre as houve, sempre e as pessoas não faziam jogos para «calhaus» com dois olhos repetirem sem sequer pensarem! Daí que tenho vindo a defender com veemência nos meus escritos a pertinência da *realização da família como fim do Estado*.

VIII. Minhas senhoras, meus senhores! Há demasiada fartura, mesmo naqueles que são das camadas sociais mais frágeis, o dá a ideia que nada na vida merece ser conquistado, então viram-se para estes “jogos para bestas” que nada sabem a não ser «pastar na vida»! Vamos deixar de conversa fiada e desculpar estes “idiotas dos abutres” para quem respirar já é um trabalho demasiado! Antigamente as pessoas procuravam alimentar a sua autoestima pelo trabalho e estudo, melhorando-se todos os dias, lutando pelo seu lugar na sociedade. Hoje querem tudo dado porque acham ou entendem naquelas “cabeças de pedra” que nasceram com o divino direito a obter tudo de mão-beijada! São exemplos de sucesso, alguns jovens empreendedores que nunca perderam tempo com “baboseiras” inventadas pelos “abutres anormais”, “anti-sociais” e nunca esperaram nem depositaram a sua fé nas propagandas político-eleitorais dos “abutres oligárquicos-ultracapitalistas” que se mantêm e se pretendem vitalícios no poder. Ainda não atingimos a *Sociedade dos tempos livres de que vos falarei no próximo artigo*. Mas, temos é de trabalhar afincadamente em prol da «configuração presente das coisas» nos termos descrito por Montesquieu. As futuras gerações irão agradecer os sacrifícios e engrandecer a vida em Sociedade. É preciso impor: não o *socialismo* e sim o social. Bom, hoje fico então por aqui.

Canal de Moçambique

O luxo desavergonhado dos filhos do presidente*

Por Rui Verde

Aostentação desavergonhada dos filhos do presidente José Eduardo dos Santos não tem limites. Nem mesmo a gravidade do estado de saúde do pai afecta a vocação perdidária e exibicionista dos filhos. Em Cannes, o caçula Danilo, sem qualquer sentido da realidade ou de decoro, licitou um relógio pelo valor de 500 mil euros (559 mil dólares).

O actor Will Smith, que apresentava a gala, não se conteve, comentando que o rapaz era demasiado novo para ter aquele dinheiro todo. E o mesmo comentamos nós.

Enquanto isso, em Angola a vida continua, mas não para todos. A morte teima em matar cedo e em levar mais crianças do que noutro país qualquer.

De há alguns tempos a esta parte, os sumptuosos desfiles de Cannes têm exibido umas quantas personagens adicionais: os filhos milionários do presidente de Angola. Para o estrangeiro incauto que se deixe maravilhar ante o glamour na passerelle, estes filhos pródigos que se encontram entre as pessoas mais ricas de África pertencem, na realidade, ao país que alberga uma das populações mais pobres do mundo.

No ano passado, Isabel dos Santos passeou-se em Cannes na companhia de estrelas dos reality shows: nessa altura, vimo-la com Kris Jenner, que é mãe de uma pessoa chamada Kim Kardashian, que, se bem se percebe, é famosa pelo... seu traseiro.

Este ano, a mesma Isabel apresentou-se esplendorosamente grávida numa festa da sua companhia de jóias De Grisogono. Longe pareciam estar as agruras geradas pelas "notícias falsas" sobre a morte iminente do pai.

Mas o deslumbramento decadente de Isabel foi superado pelo do seu jovem irmão Danilo, que irrompeu em Cannes à boa maneira do seu compadre Teodorin Obiang, filho do ditador da aliada Guiné Equatorial.

Como é já do conhecimento público, Danilo comprou num leilão de beneficência um relógio por 500 mil dólares, valor que alegadamente se destina a uma

Fundação chamada "amfAR". Esta Fundação é uma organização não-governamental destinada ao combate à sida, foi criada, entre outros, pela actriz norte-americana Elizabeth Taylor e é hoje mundialmente presidiada pela famosa Sharon Stone. É uma instituição com a chancela norte-americana e de Hollywood.

A sua sede é em Nova Iorque. A fundação afirma que segue rigorosos padrões de governação e responsabilidade financeira exigidos no "Wise Giving Alliance of the Better Business Bureau", bem como os requisitos fiscais para a participação na "Combined Federal Campaign". Este rigor explica a "piada" do actor Will Smith, que, enquanto apresentava a Gala em que o jovem Danilo se exibiu, comentou que este era demasiado novo para ter tanto dinheiro.

É forçoso que a Fundação inquirir acerca da origem do dinheiro de Danilo, jovem estudante em Inglaterra, sem negócios conhecidos do público. Caso não exerça esse tipo de escrutínio, incorre no risco de tornar-se instrumento de eventuais lavagens de dinheiro.

A mãe de Danilo, Ana Paula dos Santos, criou e preside à Fundação Lwini, destinada a angariar fundos – sobretudo junto de multinacionais estrangeiras – e a empreender ações de apoio às vítimas civis de minas terrestres, principalmente mulheres e crianças. É difícil imaginar que Ana Paula dos Santos angarie fundos de um lado e veja o seu filho a esbanjar no outro. Talvez preferisse que os 500 mil tivessem sido gastos com as mulheres e crianças de Angola, e não em farras na Europa.

Ainda agora, a TPA (televisão do regime angolano) noticiou que não existe material descartável no Hospital Pediátrico de Luanda David Bernardino. Faltam seringas, soro, luvas, medicamentos. As crianças esperam quatro dias para ser atendidas. Bem fazia Danilo em doar os 500 mil dólares ao hospital.

Danilo demonstra de forma exemplar que a falta de virtude mata qualquer pretensão de seriedade por parte do regime de José Eduardo dos Santos.

A compra de um relógio por

500 mil euros numa festa em Cannes coloca em questão o próprio regime: não consegue tratar das crianças do Hospital Pediátrico de Luanda, mas consegue dar 500 mil dólares à criança do Presidente para comprar um relógio azul.

Não falemos sequer de corrupção ou da origem duvidosa do dinheiro de Danilo. Falemos simplesmente da falta de

senso, de virtude, de discernimento, da humilhação que este tipo de comportamentos representa para o povo angolano.

Danilo demonstra-o de modo cristalino: os filhos do presidente já não enxergam o mundo em que vivem. Estão envoltos por uma bolha de falsa sofisticação que os faz voar de Londres para Cannes sem perceberem nada.

Já vimos este filme noutras ocasiões. É o filme que teve como actores os filhos de Kadafi, o filho de Obiang, os filhos do Mubarak, para não recuarmos aos tempos clássicos e aos calígulas que por lá andaram.

Uma só palavra resume o sentimento: Basta!

*in "Maka Angola"

Canal de Moçambique

publicidade



Quer falar Inglês?

Temos a solução para si!

Vários cursos disponíveis,
compatíveis com o seu
horário e orçamento.

Inscrições abertas!

82 3072540
www.lynden.co.mz

Início dos próximos cursos
gerais dia 12 de June, 2017.



Novas Instalações!

Rua 3511 / Inhambazula Nr°26
Sommerschield 2 (Perto do Café Sol)

Nacional

Leonardo Simão em tribunal por movimentar contas bancárias alheias

“Millennium Bim” pode ser condenado a pagar 300 milhões de meticais.

Um parecer do Banco de Moçambique, a pedido da vítima, indica que o “Millennium Bim” violou o contrato de depósito bancário. O Banco de Moçambique diz que há contravenções sancionáveis e sinais de crimes de burla por defraudação e de associação para delinquir.

A sentença será conhecida nos próximos dias.

André Mulungo
andremulungo4@gmail.com

Decorreu no passado dia 22 de Março o julgamento de um caso em que é réu o “Millennium Bim”, na sequência de uma acusação de uma empresa de pesca, denominada MARNORTE, SA, representada pelo seu accionista maioritário, Rui Alberto Pinto de Carvalho. O “Millennium Bim” é acusado de ter permitido a movimentação da conta da MARNORTE sem autorização, tendo defraudado a empresa em mais de 12 milhões de meticais. A sentença será conhecida nos próximos dias. A empresa quer uma indemnização de 300 milhões de meticais, devido a perdas patrimoniais na ordem de 140 milhões de meticais e perdas de exploração e juros bancários avaliados em 60 milhões meticais.

O **Canal de Moçambique** esteve no julgamento. A acusação juntou ao processo um documento que parece importante para a decisão que o tribunal vai tomar sobre este o caso. Trata-se de um parecer do Banco de Moçambique sobre a controvérsia. O Banco Central afirma no documento, com referência 109/GPI/ 2002004/2014, de 28 de Março, que houve, de facto, violação do contrato de depósito bancário pelo “Millennium Bim” ao permitir a movimentação da conta por estranhos. Diz também que, pelos contornos do caso, há indícios de crimes de burla por defraudação e de associação para delinquir.

O imbróglio criado e Leonardo Simão

Tudo começou em 2001, quando o cidadão Rui de Carvalho, proprietário da empresa MARNORTE – EMPRESA DE PESCAS DA ZAMBÉZIA, abriu uma conta no “Millennium Bim” em nome da firma, sendo este o único assinante. No entanto, em 2008, Rui de Carvalho admitiu a entrada na sociedade de mais um accionista, a TIKO INVESTIMENTOS, LDA, representada pelo ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e delfim de Joaquim Chissano, Leonardo Simão, e Fausto de Oliveira da Cruz. Só que, mesmo com a entrada da TIKO INVESTIMENTOS, a conta da MARNORTE no “Millennium Bim” permaneceu inalterada e com apenas o único assinante, no caso, Rui de Carvalho.

Estranhamente, em 2009, o “Millennium Bim” autorizou a movimentação da conta da MARNORTE, SA por Leonardo Simão e Fausto de Oliveira da Cruz, o que culminou com a retirada da conta de mais de 12 milhões de meticais.

As alegações do “Millennium Bim” e as análises do Banco de Moçambique

Acusação juntou ao processo o parecer do Banco de Moçambique de 2014, um documento que tem sido amplamente explorado pelo tribunal. Quando o Banco de Moçambique recebeu a denúncia da MARNORTE, ouviu o “Millennium Bim”, para ter a sua versão dos factos.

Nas alegações, o “Millennium Bim” disse ao Banco de



Moçambique, em relação à ficha de assinaturas da MARNORTE, que a mesma foi alterada em 2009, passando a constar nela os nomes de Leonardo Simão e Fausto da Cruz. Segundo o Banco de Moçambique, esta justificação não procede, pois o “Millennium Bim” “não apresentou a ficha de abertura e de assinaturas da conta da MARNORTE, SA em 2009”. O “Millennium Bim” também disse ao Banco de Moçambique que Rui de Carvalho aceitou que a sua conta fosse movimentada por Leonardo Simão e Fausto da Cruz. Mas, segundo o Banco de Moçambique, tais declarações não podem ser tidas em conta, porque o “Millennium Bim” não conseguiu juntar provas como, por exemplo, a acta da Assembleia-Geral da MARNORTE anterior a 23 de Janeiro



de 2009, que lhes conferisse tais poderes, e fichas de abertura e de assinaturas autorizadas da referida conta de Janeiro de 2009, provando serem os novos sócios assinantes da conta em causa.

Outra alegação do “Millennium Bim” foi a de que “mesmo que se entenda que os movimentos efectuados em Janeiro de 2009 tenham sido irregulares, essa situação foi devidamente

ratificada no dia 2 de Março de 2009”. O Banco de Moçambique diz que a alegação é improcedente, na medida em que tal “ratificação” é “irregular e inválida”, porque os usos universais e o Direito bancário indicam que “as contas bancárias só podem ser movimentadas a débito por quem conste nas respectivas fichas de abertura e assinaturas como assinantes autorizados, em poder do banco, porque tais fichas consubstanciam o contrato de abertura da conta de depósitos à ordem e nelas constam as cláusulas do referido contrato”.

Violação do contrato de depósito

Em jeito de conclusão, o Banco de Moçambique afirma que, antes da entrada da TIKO INVESTIMENTOS, a MAR-

Publicidade

(Continuação da página anterior)

NORTE tinha uma relação com o "Millennium Bim", sendo de esperar que existisse em poder do "Millennium Bim" a respectiva ficha de abertura e de assinaturas autorizadas a movimentar tal conta; que na ficha de inscrição, o único nome do representante da MARNORTE, SA é Rui de Carvalho; que o ponto anterior não pode ser contrariado, pois o "Millennium Bim" permitiu o desaparecimento da ficha de abertura e de assinaturas referida e que deveria manter por um período de 15 anos, nos termos do Artigo 5 da Lei n 7/2002, a lei contra a lavagem de dinheiro; que, com a entrada da TIKO INVESTIMENTOS, a MARNORTE não solicitou ao "Millennium Bim" as condições de movimentação da conta, ficando provado que, até o dia 23 de Janeiro de 2009, a ficha de assinaturas autorizadas a movimentar a conta da MARNORTE só continha uma única assinatura, a do sócio maioritário, Rui Alberto Pinto de Carvalho; que o "Millennium Bim" validou, tendo executado as respectivas ordens, no dia 23 de Janeiro de 2009, as assinaturas de Leonardo Simão e Fausto da Cruz, apostas respectivamente na ordem de transferência de 9.000.000,00 meticais, da conta da MARNORTE para uma outra conta que nada tinha a ver com a MARNORTE, e um cheque avulso de 2.870,000,00 meticais, e no dia 15 de Abril de 2009, na ordem de uma nova transferência de 924.378,86 meticais de forma irregular, uma vez que, nas datas de 23 de Janeiro de 2009 (as assinaturas dos novos accionistas não constavam na ficha de abertura da conta, e o "Millennium Bim" sabia disso, como se infere da necessidade que teve de solicitar uma suposta ratificação aos movimentos que culminaram com a defraudação da MARNORTE), numa tentativa desesperada de regularizar a operação de retirada ilegal do dinheiro da conta da MARNORTE.

Segundo o Banco de Moçambique



bique, o "Millennium Bim" violou o contrato de depósito bancário com a MARNORTE, ao validar as assinaturas dos senhores Leonardo dos Santos Simão e Fausto de Oliveira da Cruz nas ordens de transferência e de pagamento, pois sabia ou devia saber que as mesmas não constavam na ficha de assinaturas da conta da MARNORTE, em seu poder, demonstrando, assim, o "Millennium Bim" incompetência técnica, e, consequentemente, violando o Artigo 42 da Lei 15/99, de 1 de Novembro, Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, actualizada pela Lei 9/2004, de 21 de Julho. O Banco de Moçambique considera que se está perante um caso que, sem prejuízo de eventuais procedimentos contravencionalis contra o "Millennium Bim", a serem instaurados

pelo Banco de Moçambique, exige uma auditoria interna a ser efectuada pelo "Millennium Bim" e uma investigação criminal com vista ao apuramento de responsabilidades, uma vez que os contornos do mesmo indiciam ter havido contravenções sancionáveis pelo Banco de Moçambique e crimes de burla por defraudação e de associação para delinquir entre uma parte da MARNORTE e alguns funcionários do "Millennium Bim", relacionados com a conta controvertida, sendo esta última matéria da exclusiva competência dos tribunais judiciais.

Advogado do "Millennium Bim" desvaloriza parecer do Banco de Moçambique

No julgamento, Álvaro Pinto Bastos, advogado do "Millennium Bim" no caso, alegou que o parecer do Banco de Moçambique não tem nenhum valor jurídico. No final do parecer, o Banco de Moçambique afirma que a MARNORTE poderá, querendo, fazer uso desse parecer em tribunal, caso não chegue a uma solução extrajudicial com o "Millennium Bim".

Canal de Moçambique

pelos

**Neste mês da criança, ofereça
um futuro ao seu filho.**

**Abra uma conta
com apenas**

500 MT

e ganhe até

**12%
de juros**

Para mais informações dirija-se ao balcão
mais próximo ou contacte-nos pelo 92264.

Termos e condições aplicáveis.

BancABC
parte do
atlasmara

www.bancabc.co.mz

Centrais

CNE designa membros para as Comissões Provinciais de Eleições

Frelimo perfila “submarinos” em nome da “sociedade civil”

Bernardo Álvaro
rabucane@gmail.com

Ahistória repete-se. A Comissão Nacional de Eleições, reunida no passado dia 25 de Maio, em sessão plenária, deliberou a designação dos membros das Comissões Provinciais de Eleições e da cidade de Maputo, propostos pelos partidos políticos com assento na Assembleia da República e por organizações não-governamentais, geralmente apelidadas de “sociedade civil”.

A nota dominante são as organizações do partido no poder, que decidiram vestir o fato-macaco de “sociedade civil”, como se viu no passado. Estão em peso os Conselhos Provinciais da Juventude, largamente dominados pelo braço juvenil da Frelimo, a OJM, e a Organização dos Trabalhadores de Moçambique, que também não raras vezes tramita expedientes frelimistas. São os chamados “submarinos”.

Nos termos dos Artigos 43 e 44 ambos da Lei 6/2013, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei 30/2014, de 26 de Setembro, as Comissões Provinciais e da cidade de Maputo são compostas por 15 membros, dos quais seis são designados pelos partidos políticos com assento na Assembleia da República, sendo três da Frelimo, dois da Renamo e dois do MDM; nove membros propostos pelas organizações da “sociedade civil” legalmente constituídas.

A lei estabelece também que compete à CNE designar os respectivos membros, tratando-se da Comissão Provincial; o presidente desse órgão é eleito pelos 15



membros da Comissão Provincial de Eleições, após a sua tomada de posse, de entre os nove membros provenientes da “sociedade civil”.

Assim, para além dos candidatos propostos pelos partidos políticos com assento na Assembleia da República, na província de Niassa, vão integrar a Comissão Provincial a OTM – Central Sindical, o Conselho Provincial da Juventude, a Igreja Presbiteriana de Moçambique, a Igreja Metodista Unida de Moçambique, o Conselho Islâmico de Moçambique, a Juventude para Comunidade de Desenvolvimento, a Associação Ajuda Mulher e Rapariga, o sindicato SINTICIM e

dade e Desenvolvimento, a Academia de Comunicação Africana, a Associação Faróis da Cidade de Lichinga e Ifa Rajabo, que está sem organização proponente.

Na província de Cabo Delgado, as Igrejas Metodista Unida de Moçambique e Presbiteriana de Moçambique, a Associação Provincial de Futebol, a Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique, a Organização Nacional dos Professores, a Juventude para Comunidade de Desenvolvimento, a Associação Ajuda Mulher e Rapariga, o sindicato SINTICIM e

II
A lei estabelece também que compete à CNE designar os respectivos membros, tratando-se da Comissão Provincial.

o Conselho Islâmico de Moçambique são as instituições que conseguiram colocar os seus membros na Comissão Provincial de Eleições, sendo a ONP e o SINTICIM os que têm mais representatividade.

Em Nampula, a “sociedade civil” é representada pelo Conselho Islâmico, a Associação dos Naturais e Amigos de Muecate, a Associação dos Amigos do Distrito de Mecubúri, a Associação para Fortalecimento das Comunidades e Gestão do Meio Ambiente, a Associação Moçambicana de Extensão Ru-

ral, a Associação Vida para o Desenvolvimento e Educação, a Juventude para Comunidade e Desenvolvimento, o Fórum Terra Nampula, a Organização Nacional dos Professores e a Igreja Presbiteriana de Moçambique.

Na Zambézia, a “sociedade civil” é representada pela



ne, que concorreu sozinho.

Em Tete, foram apuradas a Associação da Paz Cristã de Moçambique, a Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra, a Associação dos Naturais e Amigos do Sul de Save, a Assembleia de Deus Africana, a Igreja do Nazareno em Moçambique, o Conselho Provincial da Juventude de Tete, a Zion Christian Church, a OTM – Central Sindical, a Igreja Assembleia de Deus Internacional, o Conselho Cristão de Moçambique, a Juventude para Comunidade e Desenvolvimento e a Associação para a Sanidade Ambiental.

Na província de Manica, a Associação Ajuda Mulher e Rapariga, a Juventude para Comunidade e Desenvolvimento, o Instituto Martin Luther King, a Associação para o Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo, a Assembleia de Deus Africana, o Conselho Cristão de Moçambique, o Conselho Provincial da Juventude, a OTM – Central Sindical.

Em Sofala, estão na CPE com representantes da “sociedade civil” a Igreja Apostólica Pentecostal Deus Universal em Moçambique, a Associação Instituto Nacional para a Democracia, a Associação Nacional dos Enfermeiros de Moçambique, a Associação Muçulmana de Moçambique, a ONP, a Igreja Metodista Unida de Moçambique, o Instituto Martin



Estão em peso os Conselhos Provinciais da Juventude, largamente dominados pelo braço juvenil da Frelimo, a OJM, e a Organização dos Trabalhadores de Moçambique, que também não raras vezes tramita expedientes frelimistas. São os chamados “submarinos”.

Luther King, a OTM – Conselho Provincial de Sofala.

Em Inhambane, estão o Conselho Provincial da Juventude, o Aeroclube de Inhambane, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Construção Civil, Madereiros e Minas de Moçambique, a Associação Ajuda Mulher e Rapariga, o Instituto Martin Luther King, a OTM – Central Sindical, a Associação Moçambicana para Promoção do Desenvolvimento da Mulher, a Igreja Assembleia de Deus Internacional, a Igreja Presbiteriana de Moçambique, a Igreja Metodista Unida de Moçambique, a Associação de Educação de Adultos e Desenvolvimento, a Associação para o Desenvolvimento e Sustentabilidade da Comunidade.

Em Gaza, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ebeneza, o Instituto Martin Luther King, a Associação JCD, a FONGA, a Igreja do Nazareno Moçambique, a ONP, a Igreja Presbiteriana de Moçambique, a Associação Económica da Cidade de Xai-Xai, a Associação Moçambicana para o Apoio e Desenvolvimento de Crianças, Órfãos e Vulneráveis.

Na província de Maputo, a AHIHANYI – Organização Feminina de Luta Contra o HIV e SIDA, a Igreja Evangélica Cheia da Palavra de Deus em Moçambique, a Associação Mussungulo Serviço de Transporte, a Associação Fundo Social dos Funcionários do Tribunal Administrativo de Maputo, a Igreja Reformada em Moçambique,

o Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento, a OLICRIMA, o Instituto Martin Luther King, a ONP, a Federação Moçambicana de Xadrez, a Igreja Velha Apostólica de Moçambique, a Associação de Camponezes do Regadio do Bloco I da Moamba, o Instituto para o Ministério Comunitário, a Associação dos Camponezes da Zona de Boane, a Associação para Wassokote, a Associação dos Deficientes Militares e Paramilitares de Moçambique, a Associação de Andebol de Maputo, a Juventude para Comunidade e Desenvolvimento, a Associação para o Desenvolvimento e Sustentabilidade da Comunidade.

Na cidade de Maputo, vão para a Comissão Eleitoral a Juventude para a Comunidade e Desenvolvimento, o Instituto Martin Luther King, a Federação Moçambicana de Empreiteiros, a Comunidade Muçulmana Ação Humanitária, a Associação Agrícola Eduardo Mondlane, a JCD, a OTM – Central Sindical, o Fórum das Organizações Moçambicanas para a Deficiência, a Igreja Presbiteriana de Moçambique, a Igreja Evangélica Penicel Unida de Moçambique, a Associação Nacional dos Enfermeiros, a Associação Nacional de Jovens Empresários, a Igreja São Apostólica, a Mulher Género e Desenvolvimento, a Associação Coalizão da Juventude, a Igreja Velha Apostólica e a CEDE.

Canal de Moçambique

Na cidade de Maputo

Dois antigos “submarinos” agora directamente da Frelimo para a CNE

O “Canal de Moçambique” traz-lhe aqui uma situação que prova a prática de envio dos chamados “submarinos”. Boaventura Fiel Lipanga e Ana Timana são elementos propostos, este ano, pelo partido Frelimo para a Comis-

são Eleitoral da cidade de Maputo, e foram apurados pela Comissão Nacional de Eleições.

Segundo apurou o nosso jornal, Boaventura Lipanga foi presidente da Comissão Eleitoral da cidade de Maputo nas eleições autár-

quicas de 2008 e, na ocasião, havia sido proposto como membro da “sociedade civil” como “agente infiltrado” ou “submarino”.

Por sua vez, Ana Timana, também em 2008, tinha estado na Comissão Eleitoral da cidade de Maputo em nome da “sociedade

civil”, concretamente pela Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM – Central Sindical).

Esses dois elementos, que eram anteriormente da “sociedade civil” nos órgãos eleitorais, agora aparecem propostos pelo partido Frelimo.

Canal de Moçambique

Nacional

Diz Verónica Macamo

Inscrição das dívidas ocultas na Conta Geral do Estado foi um acto de “responsabilidade e sentido de Estado”



Verónica Macamo, presidente da Assembleia da República

André Mulungo
andremulungo4@gmail.com

A presidente da Assembleia da República, Verónica Macamo, voltou mais uma vez a falar do polémico assunto da inscrição das dívidas das empresas privadas “ProIndicus” e “Mozambique Asset Management” na Conta Geral do Estado, acto que foi da autoria da bancada parlamentar da Frelimo.

Falando durante a abertura de um encontro com jornalistas realizado na passada quinta-feira, em Boane, província de Maputo, Verónica Macamo disse que a inscrição das dívidas escondidas na Conta Geral do Estado de 2015 foi para permitir a fiscalização e acompanhamento pela Assembleia



da República. Diz ainda que era preciso mostrar sentido de Estado e responsabilidade.

“Tivemos a preocupação, dada a nossa responsabilidade institucional, de sublinhar e esclarecer que a integração das garantias na Conta Geral do Estado deveu-se à necessidade de permitir o seu acompanhamento e fiscalização os processos subsequentes pela Assembleia da República”, disse Verónica Macamo.

“Se não o fizéssemos, como é que o parlamento iria acompanhar o processo? Já pensaram nisso?”, perguntou Verónica Macamo e afirmou: “Temos que ter responsabilidade e sentido de Estado”, tendo acrescentado: “Somos um país e não uma ilha isolada ou um país fora do nosso planeta”.

Verónica Macamo afirmou ainda: “É nossa obrigação pri-

mária, independente dos resultados da auditoria e de acções iniciais subsequentes, saber como estão a ser honrados os compromissos assumidos perante os credores nacionais e internacionais, para o país continuar a merecer crédito”.

A inscrição dessas garantias na Conta Geral do Estado não foi consensual entre os deputados das três bancadas. O MDM votou contra. A Renamo nem sequer esteve na sala de sessões no dia da aprovação da Conta Geral do Estado.

A questão de fundo é de saber por que é que a Assembleia da República tinha que ser chamada a inscrever essas garantias, se, na altura da sua emissão, foi ignorada. Outra questão levantada tinha a ver com o facto de que não faz sentido inscrever as dívidas numa conta do ano diferente do ano da sua con-

tratação. Colocava-se também a questão da pertinência da inscrição das dívidas numa altura em que estava em curso a auditoria sobre essas dívidas, cujos resultados ainda não são conhecidos.

Porque a oposição não concorda com a inscrição das dívidas, o MDM já escreveu ao provedor de Justiça, pedindo que este solicite a declaração de constitucionalidade da Conta Geral do Estado de 2015, devido à inscrição das dívidas.

Numa entrevista ao semanário *Canal de Moçambique*, o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, disse que o seu partido está a fazer algum trabalho no sentido de evitar que, uma vez inscritas na Conta Geral do Estado, essas dívidas sejam pagas pelos moçambicanos.

Canal de Moçambique



PRÉMIO LITERÁRIO FERNANDO LEITE COUTO

A Fundação Fernando Leite Couto é uma instituição cultural criada em 2015 para contribuir para o desenvolvimento da cultura em Moçambique. Elegeu, para o seu funcionamento e materialização dos seus propósitos, o trabalho com os mais diversos actores na literatura e nas artes.

A Fundação foi criada pela família de Fernando Leite Couto, impulsor da literatura e do jornalismo em Moçambique falecido em 2013. Sob os préstimos deste poeta e editor muitos autores moçambicanos puderam materializar o sonho de ter obras publicadas, ao mesmo tempo que várias gerações de moçambicanos puderam entrar em contacto com histórias e estórias de Moçambique e do mundo.

A Fundação trabalha para perpetuar a obra de Fernando Leite Couto e, no domínio específico da literatura, pretende manter o estímulo que o seu patrono sempre concedeu para o aparecimento de novos valores no país.

Neste sentido, a Fundação decidiu criar o Prémio Literário Fernando Leite Couto, que anualmente distinguirá um novo autor nos domínios da prosa de ficção e da poesia. O concurso reger-se-á pelas regras que se seguem:

- 1.** O Prémio Literário Fernando Leite Couto é instituído pela Fundação Fernando Leite Couto, em parceria com a Trassus Mobiliária, para estimular a produção de obras literárias, nos domínios da prosa de ficção (romance, novela, crónica, conto e ensaio literário) e da poesia, em língua portuguesa, da autoria de novos escritores moçambicanos;
- 2.** Para efeitos desta distinção são considerados novos talentos todos os autores sem obra publicada ou com apenas uma no espaço de dois anos até à data de entrega do Prémio Literário Fernando Leite Couto;
- 3.** O prémio terá uma periodicidade anual, alternando-se entre a poesia e a prosa de ficção;
- 4.** As obras submetidas a concurso devem ser inéditas e apresentadas em três cópias em papel no formato A4, tipo de letra Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento 1,5, acompanhadas de gravação em suporte digital ("flash drive" ou CD), à excepção do estilo literário poesia, em que a formatação ficará ao critério do autor de forma a obter uma melhor leitura e/ou exposição dos poemas;
- 5.** A submissão de originais para concurso deve ser acompanhada por uma carta fechada de onde constem a identidade do autor, os contactos e uma fotocópia do bilhete de identidade;
- 6.** As obras devem ser assinadas com um pseudónimo, estando deste modo vetada qualquer referência ao nome do autor em toda a extensão da obra submetida a concurso;
- 7.** Os originais deverão ser submetidos, nas condições já estabelecidas no número 4 deste regulamento, na Fundação Fernando Leite Couto, sita na avenida Kim Il Sung, nr. 961, até à data limite anunciada pelos organizadores;
- 8.** Os candidatos de fora da cidade de Maputo poderão enviar as obras através de serviços de correio, sem, porém, prejuízo dos prazos estabelecidos. O atraso na chegada de candidaturas não será imputável aos organizadores do Prémio Literário Fernando Leite Couto;
- 9.** Os candidatos devem declarar, sob compromisso de honra, serem os autores exclusivos das obras que submetem a concurso, que ela é inédita e que não foi objecto de qualquer prémio ou menção em qualquer outro concurso ou iniciativa similar e que não se encontre em avaliação também em qualquer competição;
- 10.** O incumprimento do dispostos nos números quatro a nove do presente regulamento implicará a exclusão do concorrente;
- 11.** Encontram-se excluídos do concurso os colaboradores e familiares directos de responsáveis e colaboradores da Fundação Fernando Leite Couto e da Trassus, Lda;
- 12.** Findo o prazo das inscrições, a Fundação Fernando Leite Couto e a Trassus, Lda. constituirão um júri formado por cinco elementos, que avaliará as obras e deliberará sobre o vencedor do Prémio Literário Fernando Leite Couto;
- 13.** Ao indicar o vencedor, o júri fundamentará a sua escolha através de uma acta a ser lida na cerimónia de entrega do prémio;
- 14.** O anúncio público do vencedor do Prémio Literário Fernando Leite Couto ocorrerá durante uma cerimónia para o efeito organizada e na presença dos organizadores e aberta ao público;
- 15.** As candidaturas ao Prémio Literário Fernando Leite Couto estarão abertas no período entre 20 de Abril de 2017 a 31 de Julho de 2017, devendo o vencedor ser anunciado em data a indicar durante o mês de Setembro de 2017;
- 16.** O lançamento do livro vencedor do concurso deverá ocorrer em Novembro de 2017;
- 17.** Ao vencedor cabe, como prémio, o valor pecuniário 150.000,00 Mt e a edição da sua obra pela Fundação Fernando Leite Couto;
- 18.** O original distinguido será editado em formato de livro pela Fundação Fernando Leite Couto de acordo com os critérios editoriais em vigor nesta Instituição;
- 19.** As obras submetidas a concurso serão depositadas no acervo da Biblioteca da Fundação, podendo ser disponibilizadas para consulta e/ou usadas acções de formação que a Fundação Fernando Leite Couto promove, ao exemplo das oficinas literárias.

Nacional

Nos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia de Niassa

Roubados 750 quilogramas de marfim e 224 metros cúbicos de madeira

Cláudio Saúte

sauteclaudio@gmail.com

Um total de 750 quilogramas de pontas de marfim desapareceram dum cofre metálico nas instalações dos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia de Niassa. E nas matas de Matama e Nzinge, também sob gestão dos mesmos serviços, sumiram 224 metros cúbicos de madeira de pinho.

Esta informação foi dada na sexta-feira, em Lichinga, por Luís Aliasse, chefe dos Serviços Provinciais de Fauna e Bravia na província de Niassa, à margem de uma mesa-redonda organizada pela Associação “Estamos” e pela Fundação MASC que têm estado a capacitar organizações não-governamentais para controlarem o uso de bens públicos.

Segundo Luís Aliasse, essa quantidade de marfim foi dada como desaparecida no mês passado, quando uma equipa da Associação Nacional das Áreas de Conservação se deslocou a Lichinga para fazer o inventário das pontas de marfim apreendidas nas mãos de caçadores furtivos em Niassa.

“Vandalizaram o tecto de betão nos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia. Arrombaram o cofre metálico e roubaram 85 pontas de marfim, equivalente a 750 quilogramas. Ainda roubaram oito moto-serras e algumas armas usadas para caça furtiva”, disse Luís Aliasse e explicou que, neste momento, decorre uma investigação conjunta realizada pela Associação Nacional das Áreas de Conservação, a Polícia de Investigação Criminal, o Serviço de Informação e Segurança de Estado e a Procuradoria-Geral da República para apurar as circunstâncias



O painel que esteve dominado pelo tema: O papel do Ministério Público no combate aos crimes ambientais

em que aconteceu a vandalização do tecto e o arrombamento do cofre metálico.

“Até hoje [sexta-feira], não se sabe quem roubou, mas diz-se que uma parte do marfim desaparecido foi apreendido num país asiático. Tentámos levar a quantidade remanescente, por via aérea, para Maputo, mas foi devolvido, no aeroporto de Lichinga, devido à falta de segurança. O produto foi devolvido aos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia e está a ser guarnecido pela Polícia, enquanto se trabalha para mandar para Maputo”, disse Luís Aliasse.

Madeira desaparece das matas

Luís Aliasse diz que, das matas de Matama e Nzinge, desapareceram 224 metros cúbicos de madeira de pinho.

“Entre os meses de Novembro e Dezembro foi reportado por fiscais que houve um

vandalismo que causou a queda de árvores de pinho nas matas Matama e Nzinge. Mandou-se técnicos para fazer a contabilização das árvores caídas. Houve lançamento de um concurso para a compra da madeira, e foram apurados dois vencedores. Quando os compradores chegaram às matas, a madeira havia desaparecido”, disse Luís Aliasse.

Procurador refere o poderio dos mandantes

Danilo Tiago, ex-procurador de Mecula, um dos distritos integrados na Reserva de Niassa, onde os caçadores furtivos fazem as suas incursões, refere o “poder dos mandantes da caça furtiva”.

“Eu agora estou no distrito de Cuamba, mas antes passei por Mecula. Tratei muitos casos de caça furtiva. Os mandantes dificilmente são encontrados. Os mandantes não estão cá, estão noutras países, principalmente na Tan-

zânia”, disse Danilo Tiago.

Apresentando o tema “O papel da procuradoria no combate aos crimes ambientais”, Danilo Tiago, disse, por exemplo, que, em finais de 2014, foi apreendida uma viatura da marca “Toyota Fortuner”, com seis cidadãos estrangeiros, 12 pontas de marfim, que pesavam 95 quilogramas, seis armas e 465 munições, que estavam camuflados na bagageira da viatura.

“Actuámos ao nível do distrito e remetemos o caso à província. Foram julgados e condenados a dez anos de prisão. Foram assistidos por um advogado de renome, ido de Maputo”, disse Danilo Tiago e acrescentou que, no topo, sempre está alguém que não quer que o seu nome sobressaia, pois estes indivíduos não estavam em condições de contratar um advogado de Maputo nem dinheiro para comprar uma viatura da marca “Toyota Fortuner”.



IX JORNADAS CIENTÍFICAS DO BANCO DE MOÇAMBIQUE

CONVITE

Terão lugar, no dia 16 de Junho de 2017 com início às 8h15, no Centro Cultural do Banco de Moçambique, na Matola, as IX Jornadas Científicas do Banco de Moçambique, nas quais serão apresentados para debate, dois trabalhos de investigação previamente seleccionados por um Júri independente, versando sobre **“Financiamento à Economia Moçambicana: Desafios e Perspectivas”**.

O evento terá como Oradora Principal a Doutora Clara Coutinho de Sousa, reputada Economista moçambicana e ex-Administradora do Banco de Moçambique, a desempenhar presentemente as funções de Directora do Banco Mundial para Angola e São Tomé e Príncipe.

Os dois temas seleccionados pelo Júri independente são os seguintes:

- “Crédito Bancário em Moçambique: Será que o Sector Público expulsa o Sector Privado?”, da autoria do economista Agostinho Raimundo Machava ;
- “Impacto do Endividamento Externo Sobre o Crescimento Económico em Moçambique”, da autoria do economista Efrone Nhanala.

O Banco de Moçambique tem a honra de convidar o público em geral a participar no evento devendo para o efeito inscrever-se até o dia 9 de Junho através do endereço electrónico: jocibam_2017@bancomoc.mz

Note-se que serão priorizadas as primeiras 30 (trinta) inscrições.

Nacional

Auditório Municipal da Matola passa a chamar-se “Carlos Tembe”



Cláudio Saúte
sauteclaudio@gmail.com

O Auditório Municipal da Matola passou a chamar-se Auditório “Carlos Tembe”, desde a passada sexta-feira, 26 de Maio, em homenagem àquele que foi o primeiro presidente eleito do Conse-

Auditório Municipal da Matola.

Segundo Calisto Cossa, actual presidente do Conselho Municipal da Matola, a homenagem a Carlos Tembe enquadrava-se nas celebrações dos “50 anos da União Africana” assinaladas quinta-feira, 25 de Maio, e exprime o reconhecimento das suas acções em



Calisto Cossa

prol do desenvolvimento do município da Matola.

Falando, na semana passada, durante uma conferência de imprensa, Calisto Cossa afirmou: “Com esta homenagem pretendemos exaltar a vida e obra de Carlos Tembe. Entre muitas realizações que ele deixou e que orgulham os matolenses, foi a de ter sido o primeiro presidente eleito,

pelo que há todo mérito de reconhecermos esta figura”.

No mesmo dia, foram realizadas palestras sobre a vida e obra de Carlos Tembe, momentos culturais, desportivos e gastronómicos. Carlos Tembe morreu no dia 20 de Dezembro de 2007. Se estivesse vivo, este ano completaria 54 anos.

Canal de Moçambique

Empresários brasileiros em Maputo em busca de oportunidades de investimento no turismo

Bernardo Álvaro
rabucane@gmail.com

Uma delegação empresarial do Brasil visitou na passada quinta-feira, 2 de Junho, a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), em busca de oportunidades de investi-

mento no sector do turismo.

O grupo brasileiro, chefiado por Maria Cristina Alves, era constituído, na sua maioria, por empresários com interesses nas oportunidades de investimento no turismo do interior, sector em que operam neste momento.

No encontro, o director-geral da ANAC, Bartolomeu

Soto, disse que Moçambique tem um enorme potencial para receber todo o tipo de investimentos no sector do turismo, pois 25% do território nacional é ocupado por áreas de conservação, dos quais 17% estão a ser explorados por operadores privados, provenientes de diversos cantos do mundo.

Bartolomeu Soto informou aos empresários brasileiros que o Governo de Moçambique tem estado a criar condições para melhorar ainda mais o ambiente de negócios e o país possui uma legislação que incentiva os empresários a realizarem os seus negócios.

A representante da missão brasileira, Maria Cristina Al-

ves, agradeceu a hospitalidade que recebeu em Moçambique, particularmente das autoridades ligadas ao turismo, e disse que vai solicitar ao Estado de Goiás a realização de uma visita oficial ao país, com vista a estreitar laços de cooperação nas áreas do turismo e da formação profissional.

Canal de Moçambique

Publicidade

Para estudarem agricultura e desenvolvimento rural

Conselho Municipal de Inhambane passará a enviar cinco estudantes a Portugal por ano



Cláudio Saúte

saueteclaudio@gmail.com

O Conselho Municipal de Inhambane passará a enviar, a partir de 2018, cinco estudantes, por ano, para a Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento, no concelho de Santo Tirso, em Portugal, para frequentar os cursos de Agricultura e de Desenvolvimento Rural.

Benedito Guimino, presidente do Conselho Municipal de Inhambane, disse, há dias, que o curso terá a duração de três, anos e os bolsistas deverão possuir idades entre os 15 e os 18 anos e habilitações equivalentes ao 9.º ano de escolaridade em Portugal.

Segundo Benedito Guimino, os bolsistas serão também formados nas áreas de agro-processamento e agro-pecuária.

Benedito Guimino informou que, em Abril deste ano,

quando visitou Portugal, assinou um acordo com a Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento. Segundo esse acordo, “a partir do mês de Janeiro do próximo ano, passaremos a mandar anualmente cinco estudantes para a formação no município de Santo Tirso”.

O presidente do Conselho Municipal de Inhambane diz que assinou, no concelho de Santo Tirso, outros acordos, com os representantes do “MN Grupo Lda”, que visam a coordenação do planeamento territorial urbano, engenharia e fiscalização da cidade de Inhambane.

Também rubricou um acordo de coordenação e gestão de complexos industriais e comerciais da província de Inhambane nas seguintes áreas: indústria florestal, indústria de extração de inertes, produção e comercialização de artefactos de betão, indústria de material eléctrico, iluminação e energia.

Canal de Moçambique

Consuma energia com segurança.

Instalações eléctricas precárias colocam em risco a si e a sua família.



Instalação eléctrica em mau estado contribui para elevar o custo de energia, coloca em risco a sua vida e pode danificar os seus electrodomésticos. Faça a manutenção da sua instalação. Deixar para depois, pode ser tarde.

Central de Atendimento
1455 / 82 1455 / 84 1455

40
ANOS
ILUMINANDO A TRANSFORMAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Nacional

EDM diz que as tréguas permitiram a electrificação de Vunduzi



Eugénio da Camara
eugeniodacamara@yahoo.com.br

O posto administrativo de Vunduzi, localizado nas encostas da Serra da Gorongosa, em Sofala, está, desde 30 de Maio, ligado à rede nacional de energia eléctrica da EDM.

O facto foi anunciado, na passada quinta-feira, pela empresa Electricidade de Moçambique. Vunduzi foi uma das regiões de Gorongosa e da província de Sofala mais afectadas pelos confrontos armados, que provocaram o encerramento de diversas actividades e serviços, tais

como os da Saúde e da Educação, e a deslocação de centenas dos seus habitantes para zonas consideradas seguras.

Segundo o comunicado da EDM, o processo de ligação de Vunduzi à rede eléctrica nacional teve início em Março deste ano, quando a governadora de Sofala, Helena Taipo, procedeu ao lançamento da primeira pedra do projecto, cujas obras, confiadas à empresa portuguesa "Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos", consistiram na extensão de 45 km de rede de média para 33kV, seis quilómetros de rede de baixa tensão, contados a partir da sede distrital da Gorongosa até Vunduzi, divididos



em três secções. Ao longo da linha, foram montados oito postos de transformação.

Segundo a EDM, o projecto foi executado em três meses e foi totalmente financiado pela Electricidade de Moçambique, num valor calculado em 1,4 milhões de dólares americanos. Numa primeira fase, a corrente eléctrica beneficiará 210 clientes, os quais pagarão o seu consumo através de contador pós-pago.

A EDM diz que a electrificação de Vunduzi foi motivada pela paz, a qual está a tornar realizável a interligação da corrente eléctrica entre a sede do distrito e aquele posto administrativo.

As regiões localizadas ao

longo da linha serão igualmente ligadas à rede de energia, nomeadamente os povoados de Tazaronda e Nhamadjiua. O projecto incluiu igualmente a reabilitação da rede já existente, para adequá-la ao novo sistema.

A EDM diz que, com a electrificação de Vunduzi, sobe para trinta o número de postos administrativos ligados à Rede Eléctrica Nacional da EDM, ficando por ligar, na província de Sofala, apenas oito.

Segundo a EDM, em Moçambique, cerca 75% da população ainda não tem acesso a energia eléctrica. Mas o país é um dos maiores produtores de energia na região da SADC.

Canal de Moçambique

publicidade

Canalmoz no www.facebook.com/CanalMoz



Goste da nossa página

Publicidade

Guardas de segurança privada Roubaram 160 sacos de arroz e acabaram detidos na Beira



José Jeco, na Beira
josejeco@gmail.com

Cinco guardas de empresas de segurança privadas na Beira estão, desde a semana passada, detidos nas celas da 8.ª Esquadra da PRM, acusados de roubo de 160 sacos de arroz num dos armazéns portuários da Munhava.

Segundo o porta-voz do comando provincial da PRM em Sofala, Daniel Macucua, os cinco indivíduos estão detidos após terem sido apanhados com 160 sacos de arroz no interior das suas residências e

de residências de familiares. Os indiciados confessaram o crime. Daniel Macucua diz que já foi aberto um com processo contra os cinco indivíduos.

A Polícia em Sofala informou também que se encontra detido nas celas da 2.ª Esquadra do Bairro de Macuti, um cidadão que tentou raptar uma criança de dois anos que é albina.

O indiciado, cuja identidade não foi revelada, era empregado doméstico e, aproveitando-se da ausência dos seus patrões, tentou raptar a criança, que viria a ser recuperada no Bairro da Manga.

Canal de Moçambique

Na província de Tete Detidos sete indivíduos que tentavam vender uma criança albina

Cláudio Saúte
sauteclaudio@gmail.com

Sete indivíduos que vivem no Bairro Chigondzi, no município de Moatize, província de Tete, estão detidos por rapto e tentativa de venda de uma criança albina, de dois anos de idade, por quatro milhões de meticais.

Um comunicado do Comando-Geral da Polícia diz que os indivíduos que raptaram a criança em Chin-

godzi são: A. Jaime, de 40 anos; D. Jaime, de 30 anos; e S. Jaime, de 27 anos,

Segundo a Polícia, o trio foi detido em flagrante com o menor, na zona do Posto Seco dos Caminhos de Ferro de Moçambique.

No prosseguimento das diligências, foram detidos mais quatro indivíduos envolvidos no mesmo negócio, nomeadamente: E. Arnansa, de 30 anos, e G. Francisco, de 26 anos (que são pais da vítima), C. Minezes e A. Limpio, por conivência.

Canal de Moçambique

zap

AGORA TODOS OS CANAIS
TVCINE & SÉRIES SÃO TRANSMITIDOS
EM ALTA DEFINIÇÃO!

TVCINE & SÉRIES
CANAIS 50, 51, 52, 53 E 63 | HD

A QUALIDADE DE IMAGEM FAZ TODA A DIFERENÇA

COM UMA TECNOLOGIA DIGITAL MAIS AVANÇADA,
PASSAMOS A EMITIR TODOS OS CANAIS HD
COM MELHOR DETALHE DE IMAGEM!

Visite-nos em www.zap.co.mz e siga-nos

Desporto

Diz Danilo Correia, presidente da Comissão de Gestão do Desportivo

“Desportivo não tem lugar para mercenários”

Cláudio Saúte

saueteclaudio@gmail.com

Danilo Correia, presidente da Comissão de Gestão do Grupo Desportivo de Maputo, em entrevista ao “Canal de Moçambique”, minimizou um possível não regresso do ex-colosso ao campeonato nacional, negando que tal possa aumentar a percepção de hecatombe que se vive nas hostes alvinegras.

O Desportivo de Maputo está na segunda divisão, também designada “quarteirões”, pela segunda vez consecutiva facto que, há anos atrás, era impensável, dada a sua tradicional condição de candidato natural ao título. Danilo Correia diz que, neste momento, a preocupação maior é a formação de uma equipa e nessa empreitada “não há lugar para mercenários”, a quem definiu como sendo jogadores que anualmente trocam de clubes. Os alvinegros estão no 6.º lugar na classificação final do Campeonato da Divisão de Honra Zona Sul, com 8 pontos, fruto de seis jogos, duas vitórias, dois empates e duas derrotas. Tem menos dois que o líder Matchedje, que soma 10 pontos. Acompanhe a entrevista.

Canal de Moçambique (Canal) – Estamos a três semanas da realização da Assembleia-Geral. Qual é o balanço da Comissão de Gestão do Desportivo de Maputo, dirigida por si?

Danilo Correia – O balanço deve ser explicado da seguinte forma: tivemos uma primeira fase em que fizemos uma análise do que estava acontecer com o clube e verificámos que em todas as áreas havia problemas sérios. Não só faltavam meios financeiros, o desânimo dos atletas, treinadores, havia também alguma desorganização ao

nível da administração. Hoje, já existe moral e alguns meios financeiros. O outro problema que verificámos é que o clube não tinha sustentabilidade, vivia apenas de apoios e ajudas. Estava a usar todas suas reservas, e não havia esforço para melhorar as receitas nem projecto de auto-sustentabilidade e crescimento. Então, nós começámos esse projeto recentemente. Um dos aspectos é recuperar as instalações para a sustentabilidade do clube, e com essas receitas poderemos fazer as actividades desportivas. Depois aplicámos uma estratégia de gestão do clube que passa por todas modalidades serem autónomas financeiramente, aumentar o número de modalidades, e as modalidades devem praticar esse desporto aos três níveis (formação, competitivo e recreativo). A nível recreativo, pode-se gerar receitas; a nível de formação também.

No caso do hóquei, temos competições a todos os níveis, incluindo femininos, veteranos e populares. O futebol é tratado de forma diferente, em particular a equipa do futebol sénior masculino. Aqui, o próprio clube encontra recursos e mete recursos para essa área.

Canal – Qual é o projecto com a equipa sénior do futebol, que está no Campeonato da Divisão de Honra?

Danilo Correia – No caso da equipa sénior de futebol, o que nós queremos é a formação de uma equipa-base que suba para o “Moçambola”. A questão de subir depende de vários factores, porque nós, internamente, não estamos a pôr a pressão sobre os miúdos para subirem ao “Moçambola”. Estamos, sim, a pôr a pressão para os treinadores fazerem com que a equipa suba. Tratando-se de miúdos com uma média de idade que ronda entre 21 e 22 anos, achamos que é muito cedo para colocarmos a pressão sobre eles,

mas os treinadores e a estrutura sabem que têm essa responsabilidade e para isso temos que vencer a Zona Sul da Divisão de Honra, estar em primeiro lugar. Portanto, sendo assim, estamos a bater-nos para tentar terminar o campeonato em primeiro e, se isso não acontecer, temos sempre que ter uma vitória, que é uma equipa bem formada que fique no Desportivo. E, para estes atletas ficarem no Desportivo, temos que tomar certas medidas, tais como contrato a médio e longo prazo, cumprir as nossas obrigações contratuais com os atletas, para retê-los e continuar com a formação deles.

Canal – Agora a ideia é criar uma equipa do Desportivo de Maputo rejuvenescida?

Danilo Correia – Sim, uma equipa a adoptar um tipo de futebol que caracterizou o Desportivo de Maputo, que é a posse de bola, domínio do jogo, controle de jogo e um futebol espectacular, mas tudo na base de uma formação. Não queremos atletas que simplesmente trabalham pelo seu salário. Queremos ter atletas que sabem que estão ali porque são profissionais e têm o benefício da formação. Estes são os planos que temos nesta fase. Pode-se dizer claramente que, se não subir de divisão, não será hecatombe, será um passo que teremos para continuar a seguir em relação à subida de divisão, mas também terão um ganho, que será a formação dos atletas. Esta formação só será ganho se conseguirmos reter estes atletas. Muitos clubes estão a observar os nossos jogadores e muitos deles têm a capacidade de estar até no “Moçambola”. Estamos atentos em relação a este tipo de ataques.

Canal – Pelo que percebi, o Desportivo tem dois objectivos com a equipa de futebol.



Danilo Correia

Ou subir ao “Moçambola”, ou ficar, mas com uma equipa com qualidade.

Danilo Correia – Exactamente.

Canal – A dado passo, falava de jogadores que só se preocupam com salários e não com o profissionalismo. Mas, quando assumiu a direcção do Desportivo, havia problemas de salários em atraso. Em que ponto está a situação?

Danilo Correia – Isso já está ultrapassado. Os salários tiveram que ser baixados, e agora pagamos aos nossos atletas tudo por igual. A nossa folha salarial reduziu para cerca de trinta por cento, se comparado com o ano passado. E isso já é sustentável para o Desportivo. A Direcção já tem uma saída para o problema de salários.

Canal – O senhor presidente diz que no nosso futebol há muitos jogadores mercenários. Porquê?

Danilo Correia – Sim, no nosso futebol temos muitos jogadores mercenários, que jogam pelo dinheiro. Aqui, no Desportivo, queremos mudar essa mentalidade dos atletas. Esquecem-se de aprender a jogar futebol, amar um clube e gostar do desporto em si. Se for a ver, o atleta moçambicano várias vezes muda de clube, de época em época, e isso mostra que é um atleta que não está preocupado com a sua evolução, mas, sim, com o sítio onde lhe pagam. Então, esse sítio não é no Desportivo. Aqui é para atletas que têm 15, 16, 17, 18 anos, que querem aprender jogar futebol, que querem jogar futebol de qualidade e ter oportunidade na sua carreira.

Desporto

(Continuação da página anterior)

de sair daqui e fazer altos voos. Isto não falamos por acaso. O Desportivo faz isso há anos. O Dominguez é um exemplo. O Tico-Tico, Dário Monteiro, Ali Hassane, Calton Mbanze são outros exemplos de jogadores que aprenderam a jogar futebol aqui e depois fizeram altos

pensa em implementar esse projecto?

Danilo Correia – Vou explicar da seguinte maneira: na minha opinião, o modelo do nosso desporto é quase falido porque só beneficia os clubes que têm apoio das empresas estatais ou têm apoio de grandes empresas privadas, o que também é raro. Então, na minha opinião, o Estado moçambicano, a nossa nação vai em direcção à maior exigência das empresas públicas, e os orçamentos vão-se encurtando. Isso faz com que os clubes começem a ter menos acesso aos recursos. Ao ter menos acesso, a qualidade do desporto baixa. Eu não sou contra o modelo actual, foi adoptado quando o país estava em dificuldades e corrímos o risco de ficarmos sem desporto devido à economia de mercado. Não sou contra isso, sou a favor de começarmos a tomar medidas de mudarmos esse paradigma em que cada clube tenha os seus activos e opere através de uma Sociedade Anónima do Desporto (SAD) e pode gerar receita.

Canal – E no caso específico do Desportivo de Maputo?

Danilo Correia – Falando no caso específico do Desportivo, temos a sorte de sermos donos de infra-estruturas que nos permitem, com parcerias privadas, melhorar essas infra-estruturas, arrendar e criar a receita para o clube. Mas o melhor exemplo que podemos seguir é a formação. É formando activos que dentro da indústria do fu-

tebol que se vende os atletas e gera-se mais-valias que possam permitir nós re-investirmos no clube. Portanto esta é a estratégia do Desportivo de Maputo.

Canal – O plantel que está a disputar a “Poule” é constituído só por atletas que subiram dos escalões inferiores, ou vieram alguns de fora?

Danilo Correia – Há uma combinação com os nossos atletas da formação. Há uns que vêm de fora, e estamos a observar. Nós seguimos atentamente a Copa Coca-Cola. Também temos observadores a nível nacional, nas várias províncias, que nos indicam bons jovens. Há o perfil que está desenhado pelos jogadores do Desportivo, que têm que ter habilidade com a bola, menos de 21 anos. O que Desportivo ensina aos seus jogadores é a jogar em equipa, a jogar e a técnica. É esta a mentalidade que incutimos nos miúdos. O modelo que nós aplicamos é de jovens com menos de 21 anos, domínio sobre a bola, jogar em equipa, jogar o jogo e a técnica. Nós ensinamos os miúdos na tenra idade. Esta mentalidade vai-se incutindo nos jogadores.

Canal – A reabilitação da piscina está inserida no projecto dos activos do Desportivo de Maputo?

Danilo Correia – O primeiro objectivo é reactivação da natação. Pouca gente sabe que a natação foi a primeira modalidade do Grupo Desportivo

de Maputo, antes de termos o futebol. Foi suspensa, e perdemos atletas e os treinadores. A piscina era inútil e cara de manter. O que fizemos, procurámos um parceiro privado, que está a investir na recuperação, nos padrões da Federação Internacional de Natação. Tentámos encontrar uma piscina de 50 metros, mas saia caro, e acabámos decidindo por fazer uma de 25 metros. A profundidade da zona mais funda será alterada. A prancha será encerrada. Este privado irá rentabilizar a piscina, e haverá um horário próprio para a prática da natação.

Canal – Quando é que terminam as obras de reabilitação?

Danilo Correia – A indicação que temos é que a obra estará pronta em Agosto, mas eu seria muito cauleoso com esta coisa de obras. Às vezes atrasam. Eu prefiro falar de 2018. É importante saber que internamente podemos inaugurar, mas teremos que esperar a aprovação da Federação Moçambicana de Natação. Vamos convidar também o Comité Olímpico de Moçambique, a Confederação Africana de Natação e a Federação Internacional de Natação.

Canal – Qual é o custo?

Danilo Correia – Não posso avançar o custo. Temos contratos firmados com o investidor nesse sentido. Mas posso adiantar que o montante é considerável. Ele vai precisar de alguns anos para poder

recuperar. Durante cinco anos, vai gerir a piscina e o Centro Social para actividade recreativa. A actividade desportiva e formação é da gestão do clube.

Canal – O pavilhão também será mexido?

Danilo Correia – O pavilhão será mexido. Queremos recuperar o chão antigo, porque o chão actual cria-nos dificuldades, porque, neste momento, temos duas actividades (basquetebol e atletismo). A estrutura de ferro será revista. É preciso também melhorar a iluminação.

Canal – O nome de Artur Semedo foi ventilado para estar próximo de volta ao Desporto. Alguma coisa falhou?

Danilo Correia – Eu vinha conversando com Semedo desde a época passada. Criou-se uma empatia, e julgo que, quando foi castigado, encontrou em mim um amigo com quem podia conversar à vontade. Foi o que nós fizemos, e, nessas conversas, eu sugeri ao “mister” Semedo que me apoiasse a montar o Desportivo, como meu conselheiro, e não como quadro do Desportivo. Temos uma amizade. Somos amigos. Ele aceitou, mas disse-lhe que o Desportivo não tinha condições. Estou confiante no “mister” Erasmo. Semedo seria meu conselheiro. Ele sempre gostou do Desportivo. Semedo faz bem ao “Moçambola” e a todo futebol. Ele, em termos de futebol, é das raras pessoas que temos no país.

Canal de Moçambique

Campeonatos regionais de xadrez

Encontrados vencedores da Liga “B”

Caiu o pano sobre os campeonatos regionais de xadrez que vinham decorrendo nas regiões Sul (Inhambane), Centro (Manica), e Norte (Cabo Delgado) com a consagração dos vencedores.

Zona Sul

Na Zona Sul, em juniores masculinos, os vencedores



foram: Emilton Alexandre, no primeiro lugar, Maganha João, no segundo lugar, e Celso Manjate, no terceiro lugar.

Em femininos, no escalão de seniores: Sheila Sitoé ficou em primeiro lugar, Katalina Efentakis em segundo, e Ana Malenda em terceiro.

Zona Centro

Na Zona Centro, na categoria de seniores mascu-

linos, Nelson Sousa ficou em primeiro lugar, Carlos Timóteo em segundo, e Elvito Chirindza em terceiro.

Em juniores, Pedro Dança terminou em primeiro, Nelinho Alberto em segundo, e Julinho Álvaro em terceiro.

No escalão de seniores femininos, Sheila Sitoé ficou em primeiro, Idalmes Rufino em segundo, e Amira Arrota em terceiro.

Zona Norte

Na Zona Norte, em seniores masculinos, Sinoia Maulide ficou em primeiro lugar, Jaime Garrafão em segundo, e Gerson Mariano em terceiro.

Em juniores, Valdo Ali ficou em primeiro lugar, e Alex Jefu em segundo.

Em femininos, a vencedora foi Susete Cherene, e Niva Ali ficou em segundo lugar.

Canal de Moçambique

Internacional

Quarenta anos do 27 de Maio de 1977

Em Maio de 2017, assinalam-se em Angola 40 anos do início de um terrível processo de repressão política que culminou na morte de largos milhares de angolanos. Resultou daí uma fractura social que perdura até aos nossos dias, pois vivemos numa sociedade que não conhece o paradeiro de milhares de jovens patriotas, que serviam e acreditavam no MPLA e que a partir de 27 de Maio de 1977, num intervalo que se arrastou por cerca de dois anos, foram engolidos pela máquina de terror comandada pelo primeiro Presidente de Angola.

Excelência,

Uma parte dos filhos desses jovens combatentes somos nós, órfãos do 27 de Maio de 1977. Passados 40 anos, não havendo qualquer explicação ou inquérito oficial do Estado Angolano sobre estes trágicos acontecimentos, estamos convictos da necessidade em dirigir a Vossa Excelência, pela primeira vez em conjunto, algumas palavras que expressam o nosso sentimento de profunda mágoa.

Na nossa memória permanecem bem vivas as conversas no seio das nossas famílias de que a sua nomeação em 1979 para Presidente da República iria abrir uma nova janela à esperança mais legítima:

a esperança de que quem tinha ordenado e participado nas torturas mais bárbaras, no desaparecimento sistemático e nas execuções em massa entre 1977 e 1979 poderia ser julgado pelos seus crimes. Para além disso, a esperança de que seriam facultadas informações concretas aos familiares dos desaparecidos acerca do destino dado a estes.

As expectativas que depositaram em Vossa Exa eram de facto elevadas. Eram expectativas de quem o viu como um companheiro de luta dos nossos pais. De alguém que iria promover condições necessárias para o início de um julgamento que fosse justo e com todas as garantias e prerrogativas que foram negadas aos nossos pais. Tragicamente, 40 anos vividos, somos confrontados com a memória dessa ferida e com a dura realidade de termos alcançado da Presidência da República e do Estado Angolano uma única coisa: o SILENCIO.

Essa parte do passado que foi o 27 de Maio de 1977 foi apagada da nossa história pela imposição forçada da amnésia colectiva. Das vítimas e das circunstâncias em torno da sua morte o país pouco sabe. Quando e como foram assassinados? Porque não tiveram garantias mínimas de defesa em tribunal, de maneira a responderem às

acusações que lhes eram imputadas? Quem foram e onde estão os seus algozes? São perguntas como estas, entre muitas outras, que exigem ainda hoje um necessário esclarecimento. Diante destes factos, pretendemos evocar a memória das vítimas do 27 de Maio e apelar a Vossa Exa. para que, em consciência, se digne diligenciar no sentido de que sejam tomadas medidas que visem:

1. A constituição de uma lista com os desaparecidos do 27 de Maio;

2. A realização de exames de ADN às ossadas das vítimas e a sua restituição às famílias para que lhes possam dar sepultura digna;

3. A emissão de certidões de óbito e respectiva entrega às famílias, em conformidade com a declaração do Bureau Político do MPLA datada de 26 de Maio de 2002;

4. A criação em Luanda de um memorial de homenagem às vítimas;

5. O reconhecimento civil dos progenitores de todos os órfãos no seu bilhete de identidade, em conformidade com a declaração citada no ponto 3.

A ferida do 27 de Maio de 1977 continua bem aberta pelo país. Definitivamente,



Na nossa memória permanecem bem vivas as conversas no seio das nossas famílias de que a sua nomeação em 1979 para Presidente da República iria abrir uma nova janela à esperança mais legítima.

Lista de assinantes

1. João Ernesto Valles Van Dunem
2. Epiménides de Kuame Catraio Pereira
3. Luís Carlos Filipe Fortunato
4. Josina da Silva Valentim
5. Frederico Penaguião Valles
6. Rui Tukayana Ferreira Coelho
7. Ulika Gisela da Paixão Franco dos Santos
8. Henda Evangelista Rasgado
9. Nelson Henriques de Barros Vieira Lopes
10. Songuile Nekruma Delfino Kassange
11. Moraes Pakisse Bessa Saiundo
12. Cláudio Patrício de Fontes Pereira
13. Vladimir Henriques Monteiro Vieira Lopes
14. Aníbal José Rasgado
15. Kiluanje Liberdade Jorge Policarpo
16. Ivan Mombassa Eduardo dos Santos
17. Vladimir Diogo da Silva Valentim
18. Vânia Cristina Soares dos Reis Mendes
19. Jesus de Martina Rasgado
20. Sahamy Rasgado
21. Magog Társis do Nascimento Pereira
22. Kussi Emanuel de Santana Bernardo
23. João Jorge Monteiro de Almeida
24. Álvaro Nandajoy de Martina Rasgado

Canal de Moçambique

publicidade



Serviço de Estafeta, correio expresso, carga e representação
Av. Zedequias Manganhela, nr 591, 1 andar porta 6 - Maputo
Tels. 82-+9277680, 846606820 e 84-3980788
Correio eletrônico: sereprel.expresso@teledata.mz

Recolhemos no domicílio e entregamos na porta do destinatário:

- POSTAIS
- CONVITES
- BRINDES
- ENCOMENDAS

- FACTURAS
- PRESENTES
- OUTROS SERVIÇOS DE ESTAFETA

Para mais informação contacte-nos através do endereço indicado.

ANAC lança concurso de fotografia para promoção da natureza



Eugénio da Camara

eugeniodacamara@yahoo.com.br

Administração Nacional das Áreas de Conservação, ANAC, procedeu semana passada em Maputo ao lançamento da 8a edição do concurso de fotografia “Vida Selvagem”, com o objectivo de mostrar a diversidade e beleza da Vida Selvagem de Moçambique, e também conscientizar o público e despertar nele o interesse pela conservação da natureza e criar o gosto pela fotografia.

Aberto ao público até 30 de Setembro próximo, o concurso foi lançado quinta-feira, 25 de Maio, durante as celebrações dos 6 anos da instituição. As comemorações decorreram sob o lema “6 anos celebrando a vida selvagem”, em referência aos esforços de restauração, protecção e conservação da biodiversidade nas áreas de conservação.

Segundo o Director dos Serviços de Turismo e Utili-

zação Sustentável na ANAC, Samiro Magane, a quem coube apresentar as regras do concurso de fotografia, poderão participar na competição fotógrafos amadores e profissionais residentes em Moçambique, com idade igual ou superior a 12 anos, divididos em duas categorias, nomeadamente, dos 12 a 18 anos e dos 18 anos em diante.

Caberá ao vencedor da primeira categoria (12 a 18 anos) uma câmera fotográfica digital, 1 fim-de-semana no Balule Lodge para duas pessoas, com direito a alojamento, alimentação, um game-drive e certificado, enquanto o vencedor da segunda categoria terá direito a um cheque no valor de 75.000,00 meticais, 1 fim-de-semana no Parque Nacional da Gorongosa para duas pessoas, com direito a alojamento, alimentação, dois game-drives e certificado. Outros prémios serão entregues aos concorrentes classificados em segundo e terceiro lugares, em ambas as categorias.

Segundo Magane, a di-

visão do concurso em duas categorias é uma inovação que irá permitir o equilíbrio na participação dos concorrentes e premiação dos vencedores, considerando que os mais novos ou amadores não podem concorrer em circunstâncias iguais que os adultos ou profissionais.

Para conferir ao concurso uma maior qualidade, a ANAC decidiu ainda envolver o sector privado, com interesses nos assuntos de conservação da Biodiversidade para permitir que os vencedores sejam agraciados com prémios aliciantes.

Outra inovação, foi projectar uma exposição das 20 melhores fotografias no local do evento de premiação dos vencedores. As mesmas serão vendidas e o valor será utilizado para a organização das futuras edições, tornando assim o concurso sustentável.

A 8a edição da “Vida Selvagem” conta com o patrocínio do Grupo Karingana Game Reserve e do Parque Nacional da Gorongosa.

Canal de Moçambique

Agenda cultural

Programação para o período de 7 a 14 de Junho

PALESTRAS, SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS

10 de Junho (sábado)

- “Workshop” “Meditações Activas Osho”, às 9h00, no “Osho Information Center”, em Maputo.
- “MAPS Volunteer Workshop – Helping the Animals of Mozambique”, às 10h00, na American International School of Mozambique.

LÍNGUA

10 de Junho (sábado)

- “Atelier” pedagógico – “Le jeu en classe de FLE”, às 10h30, no Centro Cultural Franco-Moçambicano.

ENTRETENIMENTO

7 de Junho (quarta-feira)

- Apresentação do programa “Firewalking”, às 18h00, Hotel Polana.

TEATRO

Sábados e domingos

- Décimo Quarto Festival Internacional de Teatro de Inverno, às 18h00, no Teatro Avenida, “Gil Vicente” e Centro Cultural Franco-Moçambicano.

FOTOGRAFIA

Até 1 de Agosto

- “Instruindo, unindo”, exposição patente no Museu Nacional de Etnologia, em Nampula.

Até 30 de Setembro

- Concurso de Fotografia “Vida Selvagem”, promovido pela Administração Nacional das Áreas de Conservação.

PINTURA

7 de Junho (quarta-feira)

- Abertura da exposição “Nimerudi” (“Regressei”), às 18h00, no Centro Cultural Brasil-Moçambique.

CINEMA

9 de Junho (sexta-feira)

- Exibição do documentário “Sembene”, às 11h00 e às 17h00, no “Mahla Filmes”, Av. Mao Tsé-Tung, n.º 911.

PROGRAMAS PARA CRIANÇAS

7 de Junho (sábado)

- “Sábados das crianças” (cinema e desenho), às 10h00, no Centro Cultural Franco-Moçambicano. Entrada livre.

10 de Junho (sábado)

- “7even Jackson”, às 15h30, no “Big Brother”. Entrada: 100,00mt.
- “Micro2” apresenta “Mortal Kombat 4”, a partir das 18h00, até às 2h00 da madrugada, no Cafè-Bar “Gil Vicente”. Entrada: 300,00mt.

- “Summer Night 2”, às 21h00, na “Barraca Azul”, no Bairro T3. “Lady’s free” até às 22h30.
- “Show do Kico”, às 21h00, Matola Machava-Sede. Entrada: 200,00mt.
- Texito Langa, às 22h00, no Casino Polana.

FEIRAS

10 de Junho (sábado)

- “Uzuri” – Feira do Dia de Portugal, às 10h00, na Escola Portuguesa de Moçambique.

OUTRAS ACTIVIDADES

8 de Junho (quinta-feira)

- 1.a Gala do Desporto Escolar, às 17h30, na Escola Portuguesa de Maputo

10 de Junho (sábado)

- Celebrações do Dia de Portugal e das Comunidades, às 10h00, na Escola Portuguesa de Moçambique.

Canal de Moçambique

Canal de Moçambique

Aqui
a sua
Publicidade
vale mais

Publicidade

www.facebook.com/Canalmoz

quarta-feira, 7 de Junho de 2017

Sede: Bairro Central, Av. Maguiguana, n.º 1049 | Casa n.º 65000 R/C | canal.i.canalmoz@gmail.com

“Caso Peregrinação à Meca”

Julgamento do ex-ministro da Justiça adiado para próximo dia 14 de Junho

Bernardo Álvaro
rabucane@gmail.com

O ex-ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Abdurremane Lino de Almeida, acusado pelo Ministério Público de uso indevido do dinheiro do Estado na sua deslocação à Meca, compareceu na quarta-feira, 31 de Maio, na 4.ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito Municipal de KaMpumo, na cidade de Maputo, onde foi ouvido pelo juiz João Guilherme.

À saída da audiência, o ex-ministro, que estava acompanhado pelo seu advogado, Augusto Chivangue, não prestou quaisquer declarações à imprensa, mas, em breves declarações exclusivas ao *Canal de Moçambique*, Abdurremane Lino de Almeida disse que o julgamento ficou adiado para o próximo dia 14 de Junho e que continuava de consciência tranquila.

Abdurremane Lino de Almeida reafirmou que a acusação de que usou indevidamente o dinheiro do Estado para se deslocar à Meca numa peregrinação “é obra do grupo Luís Cezerilo e Eduardo Mussanhane”, ambos dos Serviços Nacionais Penitenciários.

Segundo disse, voltou a afirmar no tribunal, diante do juiz, que é necessário chamar o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, a ministra da Presidência para os Assuntos da Casa Civil, Adelaide Amurane, a procuradora-geral da República, Beatriz Buchili, e Margarida Talapa, de quem diz que estavam sempre a par do



Abdurremane Lino de Almeida, ex-ministro da Justiça,
Assuntos Constitucionais e Religiosos

assunto, para sejam ouvidos também no mesmo processo.

Abdurremane Lino de Almeida apresentou, no passado dia 15 de Maio, a sua defesa na 4.ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito Municipal de KaMpumo e também requereu – no caso “Um milhão e setecentos mil meticais de Meca” – a audição do Presidente da República, Filipe Nyusi.

O procurador Bernardo Duce acusa o ex-ministro de ter ignorado os procedimentos ao levar o dinheiro do Cofre-Geral do Estado para a peregrinação à Meca com pessoas estranhas ao Estado.

Na audição, Abdurremane Lino de Almeida disse que viajou para a Meca por ordem expressa do Presidente da República, Filipe Nyusi.

O ex-ministro declarou que a viagem foi do conhecimento e autorização de Filipe Nyusi.

Abdurremane Lino de Almeida disse que foi convidado



pela procuradora-geral Beatriz Buchili e, no local, recebeu a informação de que nada lhe iria acontecer no âmbito da investigação do assunto, que tinha já saído na comunicação social.

O ex-ministro afirmou repetidamente que a viagem à Meca foi realizada em cumprimento de um mandado do Presidente da República, no ano de 2015, depois do período do Ramadão. Abdurremane Lino de Almeida disse que

Filipe Nyusi o chamou e lhe comunicou que, em cumprimento de uma prática institucional da Presidência da República, ele, como ministro da Justiça, devia chefiar uma comitiva de viagem à Meca.

Segundo orientação do Presidente da República, devia integrar na viagem seis dirigentes religiosos. Perante esta orientação, informou ao Presidente da República que não dispunha de fundos para suportar os encargos da viagem, e o Presidente da República respondeu que os encargos deviam ser suportados pelos fundos do Ministério, sem dar instruções específicas sobre de onde seria retirado o dinheiro.

Abdurremane Lino de Almeida disse também que o Presidente da República explicou que havia questões relevantes no domínio dos assuntos religiosos que o levaram a criar um Ministério que inclui esse domínio. Abdurremane Lino de Almeida reafirmou que os dirigentes religiosos que com ele foram à Meca foram escolhidos pela chefia da bancada parlamentar da Frelimo na Assembleia da República, Margarida Talapa. Explicou que as pessoas não são das suas relações pessoais.

Os peregrinos, em número de três, foram todos seleccionados na província de Nampula, círculo eleitoral de Margarida Talapa.

Abdurremane Lino de Almeida disse que, tendo falta de orçamento, mas tendo uma missão por cumprir, encaminhou o processo para o sector financeiro do Ministério da Justiça, sugerindo a busca de soluções para o cumprimento da missão à Meca, autorizada pelo Presidente da República.

A Inspecção-Geral de Finanças

é que despoletou o caso, pois, durante o seu trabalho rotineiro, notou incongruências no assunto sobre a Meca e exigiu que o ministro devolvesse os valores que tinham sido indevidamente usados.

Abdurremane Lino de Almeida disse ao tribunal que a procuradora-geral da República falou com o Presidente da República sobre o assunto, tendo Filipe Nyusi dito a Beatriz Buchili que não se devia preocupar com o “assunto de jornais”. Segundo o ex-ministro, nestas conversas o Presidente da República confirmou à procuradora-geral da República que Abdurremane Lino de Almeida viajou à Meca com a sua autorização.

Depois de receber a confirmação do Presidente da República, Beatriz Buchili contactou Abdurremane Lino de Almeida, para o tranquilizar, assegurando que a investigação iria dar em nada, tendo em conta que a autorização da viagem tinha sido dada efectivamente pelo Presidente da República.

Nesta altura, Abdurremane Lino de Almeida estava em missão de trabalho em Nampula. No regresso, e a pedido de Beatriz Buchili, ele deslocou-se à Procuradoria-Geral da República e recebeu a informação de que “devia ficar à vontade”.

Na semana passada o tribunal ouviu também Ângelo Paúnde, secretário-permanente, e Nelson Sítio, director nacional da Administração e Finanças.

No dia 14, será ouvida Adelaida Amurane, ministra na Presidência para Assuntos da Casa Civil, e também será ouvido o representante do Conselho Islâmico.

Canal de Moçambique